

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 26

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fila de espera do INSS tem 1,7 mi de pessoas..... 4

PORTAL R7 - NACIONAL - MONITOR7
SEGURIDADE SOCIAL

Hérnia de disco, diabetes e depressão garantem aposentadoria por invalidez?..... 6

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - MAIS SERRA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

7 dicas para ficar em dia com o Fisco..... 7

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desenrola começa nesta segunda-feira com renegociação de dívida bancária. Tire todas as suas dúvidas..... 9

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SERVIDOR PÚBLICO

Começa renegociação de dívidas da Faixa 2..... 11

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Proteção sem gastar muito..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Plano de Transição Ecológica do governo terá seis eixos..... 14

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso dribla regra e tira férias extraoficiais..... 16

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - TORCIDA
SERVIDOR PÚBLICO

Ponto facultativo no GDF..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IVA do Brasil pode ir a 28% e ser o maior do mundo, segundo o Ipea..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária pode ter impacto em créditos fiscais das companhias..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma pode impactar uso de créditos fiscais..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Enxurrada de exceções abre discussão sobre alíquota do novo IVA..... 24

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária autoriza estados e municípios a definirem alíquotas próprias do IBS (Reforma tributária)..... 25

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A Reforma Tributária e o Simples Nacional27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve ser "comemorada", diz economista.....28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em tempos de reforma tributária, uma comparação entre Brasil e EUA..... 31

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ribeiro trabalhará com Braga na reforma33

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da cesta básica exige regras.....34

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lei complementar deve garantir que isenção chegue ao preço final35

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR: Haddad quer rodada de conversas com empresários antes de apresentar texto ao Congresso 37

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SERVIDOR PÚBLICO

25 mil servidores ganham acima do teto e custam R\$ 3,9 bi por ano38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Raio-X dos servidores 39

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Europa anuncia R\$ 242 bilhões de investimentos na América Latina e Caribe (União Europeia) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado vê taxa de câmbio "comportada" até o fim do ano 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Tesouro Direto quer ter papel de educador" 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

"Brasil precisa de um Fome Zero 2.0" 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar global vai à mínima desde abril de 2022 com ciclo do Fed no foco.....50

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juro real menor favorece bolsa no longo prazo52

Fila de espera do INSS tem 1,7 mi de pessoas

A fila aos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) é de mais de aproximadamente 1,7 milhão de pessoas que aguardam para receber seus benefícios, como aposentadoria, pensão, salário maternidade e auxílio assistencial.

Dados recentes, coletados até junho deste ano e publicados no Portal da Transparência do **INSS**, revelam que são 1.197.750 pessoas estão em fase de análise administrativa, ou seja, esperam pela avaliação de documentos, e outros 596.699 beneficiários e beneficiárias que estão na expectativa da realização da perícia médica. A redução do estoque de análises dos benefícios é um dos grandes desafios da **Previdência Social** no País.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, destaca o compromisso dos servidores do instituto e dos peritos que colaboraram, sem ganhos extras, nos mutirões de avaliação do BPC (Benefício de Prestação Continuada) da LOas (Lei Orgânica da Assistência Social) que vêm ocorrendo aos fins de semana em várias regiões do País. "É o trabalho desses profissionais dedicados que permite que o **INSS** consiga, aos poucos, criar condições para alcançar nossa meta de 45 dias (de espera).

Sabemos que os números ainda não estão bons, mas já melhoraram bastante. E vamos melhorar mais. A meta é chegar em dezembro a 45 dias e estamos trabalhando fortemente em parcerias com a Dataprev e outros ministérios para ampliar a automação, evitando assim o retrabalho na análise de documentos e, conseqüentemente, acelerando a análise dos pedidos de benefício.

Em 2024 veremos um novo **INSS** a serviço da população", explicou.

Outra medida que também vai contribuir com a redução do estoque dos pedidos em análise, segundo o ministro, é a volta do bônus de produtividade.

A gratificação poderá ser recebida por servidores que ampliarem sua produção diária e, segundo Lupi, a medida provisória com as novas diretrizes do bônus deve ser publicada nos próximos dias.

Na visão do advogado especialista em direito previdenciário, João Badari, sócio do escritório Aith,

Badari e Luchin Advogados, é de extrema importância a redução na fila de pedidos represados no **INSS**, "posto que este é o maior problema enfrentado desde o anúncio da Reforma da Previdência. Vale lembrar que a fila chegou a ser de mais de 2,5 milhões de benefícios aguardando a análise".

Badari avalia que o investimento na digitalização e virtualização dos pedidos de benefícios do **INSS** trouxe agilidade ao processo. "O acesso ficou facilitado para alguns casos e requisições. E esperamos que o governo federal continue atuando firme para zerar essa fila o quanto antes, pois muitos segurados estão aguardando há muito tempo para ter acesso aos benefícios alimentares, ou seja, aqueles que são utilizados para a sobrevivência, principalmente de pessoas com idades avançadas e doentes", afirma.

Segundo os especialistas, a prioridade do **INSS** deve ser o de zerar o estoque de pedidos dos benefícios por incapacidade.

"Esses benefícios exigem perícia médica e apresentação de um rol específico de documentos, tais como documentos médicos que comprovem a causa do problema de saúde, o tratamento médico indicado e o período sugerido de afastamento do trabalho (receituários, laudos médicos, atestados e exames), que nem sempre são considerados pelos peritos do **INSS**. E realização das perícias médicas, que têm demorado para serem feitas, faz com que os segurados que estão aguardando a concessão do benefício dependam da ajuda de terceiros para sobreviver", revela Celso Jorgetti, advogado e sócio da Advocacia Jorgetti.

Segundo os especialistas, é fundamental que os segurados se atentem à documentação utilizada nas solicitações ao **INSS**, o que pode acelerar a análise do pedido e, ainda, evitar o seu indeferimento.

Exemplos de benefícios que dependem da documentação e exigem cuidado redobrado são o auxílio-doença, a pensão por morte e o auxílio-acidente.

"Na maioria dos casos, o erro do segurado ao solicitar o benefício é o principal problema, superando a morosidade do **INSS**. Hoje, a falta de documentos no

pedido e os dados divergentes no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) lideram a lista de problemas que travam a aposentadoria no País", diz João Badari. Os segurados podem verificar se há dados divergentes ao acessar o portal meu.[inss](#).

gov.br, criar uma senha e, posteriormente, clicar no link do CNIS. É possível comparar as informações da página com as da carteira de trabalho. "Importante sempre comparar tanto se os períodos dos vínculos de trabalho estão corretos como os salários de contribuição.

Podem estar faltando períodos ou o recolhimento ter sido menor", aponta Badari.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_8FA6389906DBC2905A4C974D0523DC6B5722E32E9AFE7F4CA1B15BBF967BE2DB22C83AF21BFC1B27410266589DCA7C374EE29604E3D74C5BB2493D5134F889F67ECB7D7A8385AAD1D790FAC637CC2AC04DA331B2DEA8A86F00EC948462A821EFC3A22115B01F7F0A044B7724E85BE9F2AA37073A68ADF2C32E9EEB5894F4

Hérnia de disco, diabetes e depressão garantem aposentadoria por invalidez?

MonitoR7

*/
Do R7*

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) alerta sobre informação incorreta nas redes sociais, principalmente em aplicativos de mensagem. Segundo o órgão, foi divulgado um decreto falso que garantiria "aposentadoria por invalidez para pessoas com hérnia de disco, diabetes e depressão".

No entanto, não existe uma lista de doenças passíveis de garantir a aposentadoria por invalidez.

Segundo o **INSS**, a pessoa que não puder trabalhar por motivo de saúde pode requerer esse direito pelo aplicativo ou site Meu **INSS**, mas só terá o acesso ao benefício, após passar por perícia.

Uma pessoa pode ser impedida de trabalhar por doenças mentais (como a depressão), cardíacas, respiratórias, neurológicas, osteomusculares (como a hérnia de disco), oncológicas e infecciosas. Também é possível que o agravamento de um quadro acarrete em algo que impossibilite o trabalho - por exemplo, um estágio grave de diabetes que leve a uma amputação.

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Para acessar à aposentadoria por invalidez, explica o órgão, é preciso que o segurado do **INSS** comprove, por meio de perícia médica, estar incapaz para o trabalho de forma permanente.

A pessoa que precise acessar esse direito pode fazê-lo por meio do aplicativo Meu **INSS**. Pelo celular, é possível dar entrada no pedido, acompanhar o processo e agendar a perícia médica para que seja verificada a impossibilidade da pessoa trabalhar - seja permanentemente (caso para aposentadoria por invalidez) ou temporária (caso para auxílio-doença).

Site: <http://monitor7.r7.com/hernia-de-disco-diabetes-e-depressao-garantem-aposentadoria-por-invalidez-14072023>

7 dicas para ficar em dia com o Fisco

Cair na malha fina é sinônimo de ter esquecido de declarar algum dado ou ter preenchido incorretamente o formulário do Imposto de Renda. Qualquer que seja o motivo, o caminho existente é a declaração retificadora, que pode ser feita por meio do próprio programa da **Receita Federal**.

De acordo com Daniel de Paula, especialista tributário da IOB, smart tech (tecnologia inteligente) que entrega conteúdo de legislação e sistemas de gestão contábil e empresarial, a boa notícia é que, desde 2019, os contribuintes que caem na malha fina são comunicados normalmente 24 horas após a entrega, mas esse prazo pode variar conforme a demanda da Receita.

Se você faz parte do grupo da "malha fina", confira algumas dicas do especialista e saiba o que fazer para regularizar a sua situação junto ao Leão:

1-ACHAR O ERRO O primeiro passo é entender onde está o erro e, para isso, é necessário acessar o extrato da declaração na seção "Pendências de malha". Lá constam os motivos que fizeram a declaração ficar retida, quais foram os erros e o que deve ser retificado.

2 - RETIFICAR Segundo Daniel de Paula, há duas maneiras de ficar em dia com a **Receita Federal**. Para os contribuintes que informaram dados errados ou incompletos, o caminho é retificar por meio do mesmo programa onde fez a declaração. Já para aqueles que a declaração está correta, mas que precisam apresentar documentos que comprovem, é preciso aguardar o Termo de Intimação ou a Notificação de Lançamento da Secretaria Especial da **Receita Federal** ou até mesmo agendar um atendimento e entregar os documentos. Para agendar é preciso acessar o site da Receita na área Meu Imposto de Renda, em extrato da declaração.

3 - CONFERIR SE HÁ MULTA "Existem casos dos contribuintes que deverão pagar uma multa", afirma o especialista da IOB.

Mesmo apresentando os documentos que comprovam os rendimentos ou deduções, a Receita pode entender que há erro por documento que não seja hábil ou idôneo, podendo gerar a cobrança de uma multa de 75% do valor do total e juros.

Como o especialista da IOB reforçou, a melhor dica é aguardar para verificar se caiu na malha fina e, com as

informações passadas por ele, verificar a melhor forma de resolver a questão.

4 - FUI MULTADO. E AGORA?

Se o contribuinte entregou a declaração em atraso e foi multado, ele tem 30 (trinta) dias para pagar a multa. Após este prazo, começam a correr juros de mora (taxa Selic).

O contribuinte pessoa física pode emitir o Darf pelo programa do Imposto de Renda, pelo e-CAC, na opção Meu Imposto de Renda ou, se a multa já estiver vencida (após os 30 dias), também pode emitir consultando as dívidas e pendências fiscais (situação fiscal), também no e-CAC.

Para as declarações com direito a restituição, se a multa não for paga dentro do vencimento, ela será deduzida (descontada), com os respectivos acréscimos legais (juros), do valor do imposto a ser restituído.

Se a pessoa física não concordar com a multa, ou seja, considerar que entregou a declaração dentro do prazo, por exemplo, ou entende que a multa não é devida por algum outro motivo, pode apresentar, dentro dos 30 (trinta) dias do vencimento, uma impugnação (defesa).

Caso haja imposto a pagar, serão gerados dois Darfs. Um para recolher o imposto em atraso acrescido de multa e juros de mora e outro para recolher a multa pelo atraso na entrega da declaração. De acordo com a **Receita Federal**, a multa para quem entrega a declaração com atraso é de 1% ao mês sobre o imposto devido. Apesar disso, ela se limita a 20% do valor total a ser pago no Imposto de Renda e seu mínimo é de R\$ 165,74.

5 - QUAL É O PRAZO FINAL PARA PAGAR O DARF?

A pessoa física tem até 30 dias após a emissão para pagar a multa pelo atraso na entrega de declaração. O Darf é um documento que pode ser pago em casas lotéricas, bancos, aplicativos do banco (no celular) e por meio do internet banking (no computador). Portanto, assim que o contribuinte enviar a declaração de IR em atraso, o programa vai gerar o Darf. Pode ser impresso ou não e, a partir daí, o contribuinte pode decidir o meio de como será pago.

6- A PESSOA QUE DECLAROU O IR E QUER

CHECAR A SITUAÇÃO PELO APP "MEU IMPOSTO DE RENDA" VAI SE DEPARAR COM QUAIS INFORMAÇÕES?

Ao checar a situação da declaração, poderão aparecer as seguintes mensagens: não entregue; declaração na base de dados da **Receita Federal**; em processamento; processada; em fila de restituição; com pendências; em análise; retificada; cancelada; e em tratamento manual.

7 - QUAL É O SIGNIFICADO DE CADA UMA DELAS?

Não entregue: não consta declaração entregue para o exercício.

Declaração na base de dados: é o primeiro andamento após transmissão da declaração, encontra-se na base de dados, mas que ainda não passou por nenhuma verificação.

Em processamento: é o primeiro estágio da análise feita pela Receita. A declaração já foi recebida, porém não foi analisada pelos auditores.

Processada: a declaração foi recebida pela **Receita Federal** e teve seu processamento concluído. Porém, o IR pode ser revisto a pedido da Administração Tributária. Siga verificando a atualização do status.

Em fila de restituição: a declaração foi processada e o contribuinte tem restituição a receber, porém, ainda não está disponibilizado o dinheiro em sua conta bancária.

Com pendências: a declaração foi recebida e analisada, mas foram encontrados dados divergentes de outras instituições que prestam informação à **Receita Federal** ou falta de informações. Neste caso, deve verificar quais são as divergências ou informações que faltam e retificar a declaração.

Em análise: a declaração foi recebida na base de dados da **Receita Federal**, mas o órgão aguarda documentos que foram solicitados ao contribuinte via intimação ou a conclusão de análise de documentos já entregues mediante agendamento.

Retificada: a declaração anterior foi substituída integralmente por uma declaração retificadora que o contribuinte entregou para corrigir alguma informação incorreta.

Cancelada: a declaração foi cancelada por interesse da administração tributária ou a pedido do contribuinte. Portanto, é preciso fazer uma nova declaração.

Em tratamento manual: a declaração está sendo

analisada e o contribuinte deve aguardar correspondência oficial da **Receita Federal** para entender melhor como prosseguir para entregar corretamente.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/>

Desenrola começa nesta segunda-feira com renegociação de dívida bancária. Tire todas as suas dúvidas

Por O Globo - Rio de Janeiro

Depois de cobranças públicas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Desenrola começa a sair do papel nesta segunda-feira. A primeira fase do programa terá dois focos: limpar automaticamente o nome de brasileiros com dívidas bancárias de até R\$ 100 e facilitar a renegociação de débitos com bancos de pessoas com renda de até R\$ 20 mil.

Em setembro, será lançada uma segunda fase, mais focada na baixa renda, que é o público-alvo da iniciativa, que é uma promessa de campanha de Lula. Confira o guia com tudo que você precisa saber sobre o programa.

O Desenrola será dividido em duas etapas. A primeira começa nesta segunda-feira. A segunda, somente em setembro.

Nesta primeira etapa, brasileiros com dívida de até R\$ 100 terão o nome limpo automaticamente pelos bancos. Não se trata de um perdão de dívida, mas o banco não vai inscrever o nome do devedor no cadastro de negativados. Na prática, o devedor volta a ter acesso a crédito. Além disso, começa a fase de renegociação de dívidas bancárias. Cada correntista pode negociar diretamente com a instituição financeira. Estão incluídas dívidas contraídas entre 2019 e 31 de dezembro de 2022.

O programa é voltado para três públicos. O primeiro é o de pessoas com dívida bancária de até R\$ 100. O segundo é formado por brasileiros com renda de até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ou que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e com dívidas de até R\$5 mil, eles compõem a chamada faixa 1 do programa. E o terceiro é o de pessoas com dívidas bancárias com renda de até R\$ 20 mil.

Sim, desde que o devedor esteja negativado e tenha contraído a dívida até 31 de dezembro de 2022. Basta procurar diretamente a instituição financeira pelos seus canais oficiais (internet, aplicativos, centrais ou agências) para iniciar a negociação.

Isso será definido entre cliente e instituição financeira. O governo estipulou, porém, que o pagamento seja feito em, no mínimo, 12 parcelas.

Porque o governo incluiu um incentivo à adesão dos bancos. Cada R\$ 1 de dívida renegociado será convertido em R\$ 1 de crédito tributário registrado em balanço. Tradicionalmente, os bancos contam com créditos tributários que precisam ser reconhecidos pelo governo para poder ser contabilizados no balanço. O governo se comprometeu a acelerar esse processo. Ao registrar esses créditos, os bancos ficam com mais recursos livres para empréstimos, o que também é vantajoso para eles.

Sim. No caso do cidadão que aderir ao programa e somente pagar parte das dívidas renegociadas, ele será negativado pelo valor que deixar de pagar. Sobre este valor não pago, incidirão encargos, como, por exemplo, juros de mora e multa por atraso. Assim, é importante avaliar as condições da renegociação, para evitar o não pagamento.

Sim. Os bancos suspendem a listagem do devedor no cadastro de negativados, mas a dívida continua a existir. O devedor precisa renegociar o valor ou quitá-lo. Se não renegociar ou não pagar parte das parcelas, será negativado novamente.

Em setembro, o governo vai lançar uma plataforma digital para estimular uma espécie de leilão de acordos entre os bancos. Essa fase é voltada apenas para a faixa 1, o público-alvo do programa, formado por brasileiros com renda de até dois salários mínimos e dívidas de R\$ 5 mil. Nesta fase poderão ser renegociadas dívidas bancárias e não-bancárias, como as dívidas com concessionárias de água, luz, gás e esgoto e com varejistas.

O interessado terá que se cadastrar na plataforma. Os bancos vão disputar a dívida. Quem oferecer condições mais vantajosas leva. Isso acontece porque nesta etapa o governo vai oferecer R\$ 8 bilhões em garantias por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Isso funciona como uma proteção aos bancos, caso o devedor deixe de pagar parte das parcelas definidas em acordo.

Pode. Na primeira fase é permitido renegociar dívidas bancárias. Nada impede que o interessado depois tente renegociar outras dívidas na fase 2.

O governo informou que o pagamento das parcelas poderá ser feito por débito em conta, PIX ou boleto bancário. Os devedores também terão direito a um curso de educação financeira.

A expectativa é alcançar 40 milhões de brasileiros com a plataforma digital.

Os consumidores inadimplentes poderão participar através do acesso ao site do governo Gov.br com os certificados Prata ou Ouro. O cadastro é uma identificação para acesso a serviços do governo federal, como **Receita Federal**, **INSS**, Cartão nacional de vacinação, entre outros. Com ela, o cidadão se identifica com segurança na hora de acessar serviços digitais. É um serviço gratuito.

O cadastro é realizado diretamente no portal do Governo Federal.

Para aumentar o nível da sua conta gov.br de bronze para Prata ou Ouro, você pode utilizar o aplicativo gov.br e seguir as orientações, e pode também logar pela internet na sua conta gov.br e aumentar o seu nível em Selos de Confiabilidade .

Também é possível aumentar o nível da sua conta Gov.br de bronze para prata, realizando o login com a conta do seu banco. O devedor deverá ter o número de telefone cadastrado em seu banco para recebimento do SMS de confirmação do acesso.

Os interessados também poderão fazer o seu cadastro no gov.br presencialmente nas agências do **INSS**, e deverão informar-se sobre como obter a certificação nível Prata ou Ouro.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/17/de-senrola-comeca-nesta-segunda-feira-com-renegociacao-de-divida-bancaria-tire-todas-as-suas-duvidas.ghtml>

Começa renegociação de dívidas da Faixa 2

1,5 milhão de pessoas deixarão de ter restrições e voltarão a poder ter acesso a crédito

O Ministério da Fazenda autorizou sexta-feira (14) que as instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central (BC) para operações de crédito podem começar, a partir desta segunda-feira (17), a renegociação de dívidas da Faixa 2, pelo Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes, o Desenrola Brasil.

A Faixa 2 do programa atende à população com renda mensal de dois salários mínimos (R\$2.640) a R\$ 20 mil.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou nas redes sociais o início do programa, que, segundo o governo, vai beneficiar 70 milhões de brasileiros que possuem dívidas.

"Ninguém gosta de ficar com o nome sujo. Vamos ajudar o povo a reconquistar dignidade." As dívidas poderão ser quitadas nos canais indicados pelos agentes financeiros e poderão ser parceladas em, no mínimo, 12 prestações. Também é necessário ter sido incluído no cadastro de inadimplente até 31 de dezembro de 2022.

Nesta etapa do programa, também serão perdoadas as dívidas bancárias de até R\$ 100.

Nesse caso, o nome da pessoa será retirado dos cadastros de devedores automaticamente pelas instituições financeiras.

Segundo o Ministério da Fazenda, com essa medida, cerca de 1,5 milhão de pessoas deixarão de ter restrições e voltarão a poder ter acesso a crédito.

Faixa 1 A portaria traz ainda as regras para a habilitação de agentes financeiros para a Faixa 1 do Desenrola Brasil. Nesse caso, os agentes financeiros terão que solicitar habilitação na plataforma do Fundo Garantidor de Operações Desenrola Brasil e devem cumprir os critérios negociais e tecnológicos previstos no Manual de Procedimentos Operacionais do FGO Desenrola Brasil.

É necessário informar os registros ativos dos inadimplentes no perfil da Faixa 1, e fornecer dados como o número de contrato, a data da negativação e da inserção no cadastro de inadimplência, além dos três dígitos iniciais do número do CPF do devedor.

As pessoas com dívidas até R\$ 5 mil, e que tenham renda de até dois salários mínimos, ou estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), poderão participar do Desenrola Brasil na Faixa 1, que terá início em setembro.

Programa Voa Brasil poderá ter 1,5 milhão de passagens por mês

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, informou que o programa Voa Brasil, que vai oferecer passagens a R\$ 200, poderá chegar a 1,5 milhão de bilhetes aéreos por mês. O projeto está previsto para começar em agosto, disse França, em aula magna do Instituto de Geografia, no campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

O objetivo é beneficiar pessoas que não voaram nos últimos 12 meses. Cada trecho de passagem é fixado em R\$ 200 e cada pessoa só poderá comprar quatro trechos.

"Vamos iniciar com aposentados, pensionistas e, eventualmente, **servidores públicos**" disse o ministro. "O programa inicialmente tem capacidade de [atender] 1,5 milhão de passagens por mês. Mas vamos começar gradualmente. Esse programa não tem recursos públicos.

Estamos usando apenas os assentos vazios das empresas'," explicou.

Segundo o ministro, as companhias Latam, Gol e Azul aderiram ao projeto. "É bem possível que tenhamos uma grande procura de passagens, o que vai permitir que os voos saiam lotados.

Ao permitir que os voos saiam lotados, você tem condição de ter mais voos e aí você preenche com os aeroportos regionais" afirmou França.

De acordo com o ministro, a intenção é vender esses bilhetes mais baratos fora da alta temporada, em dois períodos, de fevereiro a junho e de agosto a novembro, quando tradicionalmente ocorre uma ociosidade média de 21% nos voos domésticos

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230717&p=1>

Proteção sem gastar muito

Letycia Cardoso

Os seguros inclusivos - com prestações mais baixas e cobertura customizada - cresceram 165% nos últimos cinco anos, ganhando impulso principalmente a partir do novo marco regulatório de 2021, que tirou travas e conferiu maior flexibilidade aos produtos. No mercado, há opções com valores mensais a partir de R\$ 9,90, voltadas principalmente a pessoas de baixa renda e pequenos empreendedores, que cobrem desde custos de um funeral até quitação de dívidas em caso de desemprego.

Outra vantagem é a vigência mensal, comum em muitos desses seguros. Ou seja, o consumidor paga por mês pela prevenção. Caso desista, pode interromper os pagamentos sem qualquer ônus e, assim, encerrar o contrato.

Com mais de um milhão de clientes ativos, a Axa Seguradora oferece um seguro de vida de R\$ 9,90 ao mês, com indenização de R\$ 6 mil em caso de doença grave, além de coberturas para morte e invalidez. O segurado ainda pode usar serviço de telemedicina - o qual funciona 24 horas por dia -, evitando recorrer ao SUS com frequência. No mesmo formato, o seguro residencial, que cobre incêndio, queda de raio e explosão, sai por R\$ 14,90 mensais.

- O seguro para baixa renda é importante porque, em caso de um contratempo, esse público demoraria muito para juntar o valor pago de indenização, ou teria que se endividar para resolver o problema - defende Patrícia Soeiro, superintendente de Vida e Parcerias da Axa Seguros.

Com dois salários mínimos de renda, a aposentada Ana Angélica Gonçalves, de 63 anos, possui seguro residencial, pelo qual paga parcelas que somam R\$ 180 no ano.

- Explode uma panela, pega fogo numa fiação, e a gente fica sem o nosso bem maior, que é a residência. Quantos anos vou levar para reconstruir isso? É o trabalho de uma vida - diz Ana Angélica.

Ana ainda contratou uma proteção funeral com cobertura de R\$ 5 mil, pela qual paga R\$ 5 mensais descontados no cartão de crédito, com o objetivo de "evitar que a família tenha que fazer vaquinha" para ela ter um enterro digno.

O aposentado Armando Carvalho, de 72 anos,

também se preocupou com a sua despedida, mas resolveu fazer logo uma apólice para a família inteira, pagando cerca de R\$ 80 para seis pessoas.

- Além das despesas do velório, o beneficiário recebe R\$ 3 mil em caso de morte natural e R\$ 30 mil se for acidental - conta Carvalho.

O Itaú oferece Renda Protegida, a partir de R\$ 50 mensais, focado em profissionais autônomos. Com ele, o cliente recebe um valor equivalente à remuneração média, em caso de acidentes ou doenças que o impeçam de trabalhar.

Foi um seguro como esse que o personal trainer Igor Falcão, de 37 anos, contratou no início do ano. A decisão ocorreu depois de um susto. Em 2018, quebrou um pé jogando futebol com amigos e ficou afastado de suas atividades por quatro meses. Nesse tempo, viu a renda despencar e parou de jogar por anos:

- Agora, eu voltei a jogar futebol três vezes na semana.

CULTURA DA PREVENÇÃO

Para conscientizar a população sobre a importância da prevenção, a Confederação Nacional de Seguros (CNSeg) tem feito parcerias com entidades que fomentam a educação e a inclusão financeira.

- Se você compra um item e não tem condições de repor, precisa de um seguro. Se, no caso da morte do arrimo, a família passará dificuldade, é necessário um seguro - afirma a diretora de Sus-tentabilidade e Relações de Consumo da CNSeg, Ana Paula de Almeida.

O presidente da Caixa Seguridade, Felipe Montenegro Mattos, também destaca o papel social dos seguros e assistências. Através do aplicativo Caixa Tem, a empresa conseguiu acelerar as vendas para um grupo que não costuma ter a cultura da prevenção. Mas, apesar de toda a conveniência do digital, a maioria das apólices ainda é feita nas agências, onde o público-alvo se sente mais seguro por ter contato com funcionários para tirar dúvidas.

- Se a pessoa consegue usufruir de um produto que traz mais qualidade de vida, se transforma em um cliente assíduo e fiel também para outros produtos também - acredita Mattos.

Com valores a partir de R\$ 18,90, a Caixa Seguridade tem produtos que oferecem não só coberturas por morte, mas benefícios como descontos de até 80% em farmácias e cestas básicas por até três meses. A empresa ainda prepara o lançamento do Rapidex MEI, com custo em torno de R\$ 50, que inclui guincho e troca de pneu para moto e serviços de encanador, eletricista e chaveiro para empresas que funcionam em residências.

*

PRINCIPAIS OPÇÕES

SEGURO PRESTAMISTA

Um dos tipos mais vendidos em parceria com varejistas. Ao contratá-lo, o consumidor conta com a garantia de que, caso fique desempregado, terá suas dívidas quitadas e não ficará com nome sujo. Em geral, as parcelas são descontadas no cartão.

RENDA GARANTIDA

A contratação garante que a renda não será reduzida em caso de doença. Para trabalhadores celetistas, a seguradora complementa o benefício do **INSS** por até seis meses. Para autônomos, o pagamento é equivalente aos três últimos rendimentos.

COBERTURA FUNERAL

Vendida separadamente ou junto a seguros de vida, essa proteção garante pagamentos entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil para cobrir custos relativos ao enterro. Alguns contratos ainda oferecem indenizações aos beneficiários que chegam a R\$ 30 mil.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Plano de Transição Ecológica do governo terá seis eixos

Aposta do governo para colocar o Brasil como destaque na agenda ESG (Environmental, Social and Governance, na sigla em inglês), o Plano de Transição Ecológica desenhado pelo Ministério da Fazenda deverá ter seis grandes eixos, apurou o Valor. As frentes de atuação incluem áreas como finanças, bioeconomia e infraestrutura. O conjunto de medidas pode chegar a mais de cem ações, que serão anunciadas oficialmente em agosto.

Os seis eixos serão os seguintes: finanças sustentáveis; adensamento tecnológico do setor produtivo; bioeconomia; transição energética; economia circular; e nova infraestrutura e serviços públicos para adaptação ao clima.

A implementação das medidas será ao longo do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme já informou em declarações recentes o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas vários programas já começarão a ser implementados neste semestre, porque o governo quer chegar à próxima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, no fim de novembro, com um "bom cartão de visita", informou uma fonte ao Valor.

Parte das medidas precisará de alterações em leis, por isso passará pelo Congresso, e parte poderá ser feita de maneira infralegal.

A lógica é a mesma das medidas para estimular o mercado de crédito no país, lançado em abril, só que em uma escala muito maior. O conjunto de ações ainda está sendo validado pelo presidente Lula, então pode sofrer alterações.

O eixo "finanças sustentáveis" tem sido liderado pela Fazenda, em parceria com outras pastas e órgãos. Uma das ações principais nessa frente é a criação do mercado regulado de carbono, que será enviado via projeto de lei ao Congresso. Também fazem parte desse bloco de ações a instituição de tributo sobre carbono e os chamados títulos sustentáveis, que serão lançados no mercado externo pelo Tesouro Nacional entre setembro e novembro deste ano.

Ainda nessa categoria, estarão a chamada taxonomia sustentável, um sistema de classificação de empreendimentos e atividades econômicas conforme seus impactos socioambientais e climáticos, que vem

sendo elaborado pelo governo em parceria com Banco Central (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Também serão incluídas medidas de esclarecimento sobre regras tributárias e contábeis para facilitar o mercado voluntário de carbono.

A área contempla ainda regras de transparência para o mercado de capitais e para instituições financeiras a respeito da agenda ESG, um projeto em parceria com BC, CVM, Susep e a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc).

No eixo "adensamento tecnológico", o governo pretende pôr em prática o que chama de fusão da política industrial com a política tecnológica. Entre as medidas, está o fortalecimento da política de conteúdo nacional (uma espécie de reserva de mercado para a indústria local) e programas de crédito direcionado para setores estratégicos. Antevendo críticas, o plano inclui como contraponto metas de exportações e de retirada gradual do incentivo.

Ainda na área de tecnologia, o governo também pretende realocar recursos já existentes em fundos regionais e fundos de inovação para a economia verde e para integração entre institutos públicos de pesquisa com o setor produtivo.

Já o eixo "bioeconomia" prevê medidas como um programa de exportação de produtos florestais, que terá como objetivo aumentar a participação brasileira no mercado global. O governo também pretende usar compras públicas para impulsionar a inovação no setor. Outro destaque é o Plano Nacional de Fertilizantes, que tem como objetivo reduzir a dependência na produção de fertilizantes nitrogenados, que causam maior impacto ambiental.

Nos outros eixos, estão previstos programas como eletrificação da frota de ônibus, com compras públicas federais, e substituição de parte da tarifa social de energia por implantação de painéis solares em áreas vulneráveis - programa chamado de "Sol para Todos".

Embora o Plano de Transição Ecológica pareça uma carta de intenções, técnicos garantem que ele sairá do papel. Eles explicam que o primeiro semestre foi dedicado ao mapeamento e seleção das ações e que a implementação começará neste segundo semestre.

A ordem é iniciar primeiro com ações que demandam regulação e projetos infralegais já avançados.

Essas fontes admitem que, devido ao fato de o plano envolver múltiplos atores, há desafios a serem superados. No entanto, dizem que, pelo menos no âmbito federal, há uma convergência de interesses para tirar a agenda do papel.

Proposta inclui eletrificação de ônibus e adoção de painéis solares em áreas vulneráveis

Congresso dribla regra e tira férias extraoficiais

Na Câmara dos Deputados e no Senado, esta semana e a próxima vão passar em branco. Um acordo informal entre os parlamentares garantiu que não haverá sessões até o início de agosto. Não é uma pausa oficial, mas uma paralisação extraoficial, apelidada de "recesso branco". Esse período sem atividades em Brasília é aproveitado por deputados e senadores para se aproximarem e dialogarem com suas bases nos Estados.

"A atividade legislativa não pode ser valorizada só pelo processo legislativo ordinário, mas também pela maneira como esse parlamentar participa na relação com suas bases", ressalta o cientista político e professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, Rafael Cortez.

Muitos deles, porém, utilizam o recesso como férias. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), por exemplo, viajou, antes mesmo do início do "recesso branco", para o cruzeiro do cantor Wesley Safadão, que partiu dos Estados Unidos rumo às Bahamas na "Ilha do Safadão".

A votação do projeto de lei do arcabouço fiscal é uma das que ficarão para agosto, no Senado. Segundo o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), a demora em aprovar o arcabouço prejudicou a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A matéria substitui o teto de gastos do governo e, na prática, influencia a maneira como a União pode usar o dinheiro. Por isso, segundo parlamentares, não é possível analisar uma regra para o Orçamento de 2024 sem que, antes, seja finalizada a votação do arcabouço.

"Nós vamos ter que ter um tempo para fazer a LDO, não pode ser açodado. E a culpa não é minha. Desde abril, eu digo que a gente só pode votar a LDO depois que ver o arcabouço. O culpado é o Senado", disse o relator.

O "recesso branco" vem após um esforço concentrado por parte de Lira para aprovar pautas prioritárias do governo, como a **reforma tributária** e o projeto de lei que retoma o chamado "voto de qualidade" no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (Garf). No Senado, a votação da **reforma tributária** e a proposta do **Carf** também ficarão para o mês que

vem.

CPIs

Pausa. ACPI do Movimento dos Sem Terra (MST) e a CPMI do 8 de Janeiro só terão sessões no mês que vem, quando os parlamentares retornarem do "recesso branco".

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Ponto facultativo no GDF

Pela primeira vez o Governo do Distrito Federal (GDF) decidiu adotar o ponto facultativo para servidores em dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo feminina de futebol. A decisão será publicada no Diário Oficial do DF (DODF) nesta semana. A decisão já vale para a próxima segunda-feira no duelo de estreia contra o Panamá, às 8h.

Para a governadora em exercício, Celina Leão, essa é mais uma vitória feminina. "Como mulher e como incentivadora e praticante de esportes, fico muito feliz com esse passo importante que damos agora. Vamos torcer, sim, pelas nossas jogadoras e fortalecer essa corrente".

A decisão de conceder ponto facultativo em dias de jogo tem o objetivo de aumentar a visibilidade da equipe feminina, de acordo com o secretário interino de Esporte e Lazer, Renato Junqueira.

"O futebol feminino deve ser tão prestigiado quanto o masculino. A possibilidade do ponto facultativo em dias de jogos da seleção brasileira feminina demonstra mais um avanço no que diz respeito à valorização e fortalecimento da modalidade." O governo federal também decidiu decretar ponto facultativo para os **servidores públicos**. Vale ressaltar que todos os jogos do Brasil são realizados pela manhã. Só um jogo cairá no fim de semana, dia 29, contra a França.

IVA do Brasil pode ir a 28% e ser o maior do mundo, segundo o Ipea

Alexa Salomão

Com base na proposta de **Reforma Tributária** aprovada na Câmara, a alíquota efetiva do novo tributo brasileiro para taxar o consumo de bens e serviços ficaria em 28,4%, aponta nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Seria a maior do mundo para um IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Hoje, a maior é a da Hungria, de 27%.

A alíquota brasileira vai ser definida em lei complementar. A expectativa inicial era que ficasse em 25%, mas efeitos de regimes favorecidos, alíquotas reduzidas e isenções incluídas no texto antes da votação pela Câmara devem pressionar por uma alíquota maior.

O estudo do Ipea é o primeiro a medir os possíveis efeitos da reforma, a partir do cruzamento de dados da **Receita Federal** para a arrecadação setorial e as exceções negociadas pelos deputados, tomando o cuidado de manter a carga tributária.

Os detalhes da simulação constam na Carta de Conjuntura intitulada "Propostas de **Reforma Tributária** e seus impactos: Uma avaliação comparativa", do pesquisador João Maria Oliveira, que acompanha de perto o andamento do texto no Congresso.

Oliveira trabalha com modelos de projeção e usou a técnica para mostrar os impactos da revisão tributária na economia nacional, avaliando efeitos sobre crescimento, emprego e produtividade.

Os parâmetros de dois cenários tiveram como base as reformas apresentadas em duas PECs (Propostas de Emenda à Constituição): a PEC 45, com IVA único e nenhuma exceção, que entrou pela Câmara e previa alíquota de 25%, e a PEC no, com dois tipos de IVA, apresentada no Senado, com alíquota de 26,9%.

Para o terceiro cenário, Oliveira projetou a alíquota a partir da proposta negociada na Câmara. A estimativa mantém a carga tributária atual e considera os efeitos de regimes favorecidos, alíquotas reduzidas e isenções incluídas no texto até uma semana antes da votação pela Câmara -o que elevou a alíquota para

28,4%. As exceções inseridas de última hora não entraram nessa conta.

"A conclusão óbvia é que, quanto mais exceções forem oferecidas, maior será a alíquota efetiva para quem fica fora da exceção", afirma.

Manter os benefícios da Zona Franca de Manaus e do Simples foi o que mais pesou para elevar a alíquota, diz, mas também fazem diferença exceções para setores muito demandados, como transporte.

Mesmo que fosse mantida em 25%, a alíquota seria elevada para a média mundial. Esse é o percentual na Dinamarca, Noruega e Suécia, consideradas nações de bem-estar social, com serviços públicos de primeira linha. Em países com reformas mais recentes, a alíquota costuma ser bem menor, caso de Austrália (10%) e Nova Zelândia (15%).

Oliveira diz que, ainda assim, as projeções confirmam que a reforma vai mudar radicalmente, para melhor, o ambiente de negócios no Brasil.

Em todos os cenários, há crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto). O melhor resultado ocorreria com a PEC 45, que teve entre os autores o economista Bernard Appy, hoje secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda.

Considerando o cenário em que a proposta da PEC 45 começasse a valer em 2027, o **PIB** teria um crescimento adicional de 5,7% até 2036, gerado pelo impacto das mudanças nos **tributos**.

"Essa era a reforma ideal, mas não foi politicamente viável", diz Oliveira.

No caso da PEC 110, o crescimento seria de 4,48% até 2032, quando o estímulo perderia fôlego. O texto que saiu da Câmara aponta que o crescimento nesse mesmo período seria de 2,39%.

Conceitualmente, o Imposto de Valor Agregado costuma ser um só e valer para todos os setores, com poucas exceções. A versão brasileira será dual - haverá um para a União, e outro para estados e municípios - e o número de exceções extrapolou o usual.

O IVA brasileiro não chega a ser uma jabuticaba, mas tem particularidades, explica a portuguesa Rita De La Feria, professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds, na Inglaterra. La Feria acompanha reformas no mundo todo, incluindo o Brasil. Já participou de audiência no Congresso sobre o tema. Em alguns países, como Portugal, Timor Leste, Angola e Uzbequistão, atuou na elaboração da **legislação tributária**.

"O IVA vai ser uma revolução para o sistema do Brasil, pois adota as melhores práticas em vigor, vai permitir que o brasileiro saiba o que paga e foi adaptado às condições federativas locais, o que não era uma coisa fácil de resolver, pois o país tem três níveis de governo, algo incomum", explica.

"No entanto, não há muitas experiências no mundo com o IVA dual. A mais notória é a do Canadá. Mesmo Alemanha e Espanha, que têm sistemas federativos, têm o IVA único. O Brasil vai sentir o efeito disso ao longo dos anos", pondera.

Ela diz que trabalhar com duas legislações sempre abre margem para interpretações, dificulta a aplicação da norma no dia a dia e abre espaço para questionamentos entre fisco e contribuintes. A proposta que foi para o Senado tenta reduzir o ruído ao determinar que algumas regras serão idênticas para os dois IVAs.

A maior diferença, no entanto, é o número de exceções. O Brasil já tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, e ninguém esperava uma alíquota muito baixa na largada da reforma, mas as exceções pioraram o cenário.

"Incluíram muitos regimes especiais, e um número grande de produtos terá alíquota reduzida", afirma. "Ainda não se sabe o desenho jurídico exato dessas exceções, mas já podemos afirmar que o resultado ficou descolado dos IVAs mais avançados."

As exceções nos novos IVAs, explica, são concentradas em poucos itens considerados de difícil tributação. Caso do spread (diferença entre a taxa de captação e dos empréstimos) de bancos, algumas transações imobiliárias e serviços públicos de saúde e educação.

Entre os segmentos que levam isenções costumam estar serviços postais, transporte de doentes e projetos culturais.

Para La Feria, no aspecto das exceções, o IVA do Brasil fica mais parecido com modelos antigos. "Éo caso dos IVAs europeus, que têm muitas exceções, isenções e taxas reduzidas que foram sendo criadas

ao longo dos anos e que, por isso, agora têm alíquotas maiores", diz. "Mas entendo que essa foi a reforma politicamente possível no Brasil e espero que o Senado não aumente as exceções, pois é automático: quanto menor a base da tributação, maior a alíquota."

O Ministério da Fazenda já está mapeando itens para debater no Senado na tentativa de reduzir a pressão sobre a alíquota, mas mantém o discurso com valores menores.

Appy evita falar em números e, quando lhe perguntam do risco de a alíquota ir a 30%, diz que não acredita nesse cenário. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, estimou que, por causa das exceções, a alíquota poderia ficar entre 26% e 27%. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse acreditar que "no tempo" a alíquota pode ser menor do que 25%.

O advogado Luiz Gustavo Bichara resume o pensamento dos tributaristas ao dizer que o governo precisa dar mais clareza sobre como as negociações impactam a alíquota.

"A reforma é boa, não há dúvidas, todos queremos, mas tem uma incerteza muito grande sobre o valor final, e, do jeito que estamos indo, vamos ter, na comparação mundial, a maior alíquota do mundo", diz.

Bichara considera positiva a proposta do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB--AM), de definir uma trava para a alíquota dos novos **tributos**. Seria uma salvaguarda ao aumento da carga tributária.

Para ter um IVA menor, o governo precisaria olhar a reforma como um todo, avalia o advogado Bruno Santos, pesquisador do NEF FGV-SP (Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas), criado para avaliar a relação entre tributação e desenvolvimento.

"Canadá e Suíça, por exemplo, têm IVAs menores, porque tributam menos o consumo e mais a renda", afirma. "O Brasil tem uma tributação muito baixa sobre a renda e, se o governo mantiver a carga tributária, terá a oportunidade de fazer o mesmo quando a reforma chegar à renda."

A reforma do Imposto de Renda, cita Santos, seria uma alternativa. No cronograma do Ministério da Fazenda, ela ocorrerá ainda neste ano.

Não há muitas experiências com o IVA dual.

A mais notória é a do Canadá. Mesmo Alemanha e Espanha, que têm sistemas federativos, adotam IVA único. O Brasil vai sentir o efeito disso ao longo dos

anos

Rita De La Feria, professora de Direito Tributário

Exceções ao IVA

A reforma permite que um número significativo de segmentos adote regime diferenciado à regra geral

Regimes tributários específicos

1 Combustíveis e lubrificantes

2 Sociedades cooperativas

3 Serviços de hotelaria

4 Restaurantes

5 Aviação regional

6 Parques de diversão e parques temáticos

7 Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de saúde e concursos

8 Operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas

Regimes tributários favorecidos

1 Zona Franca de Manaus

2 Áreas de Livre Comércio

3 Simples Nacional

Regimes aduaneiros especiais e ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação)

EXCEÇÕES À ALÍQUOTA ÚNICA DO IVA

O texto adota descontos para número expressivo de segmentos

100% de redução para...

1 Cesta básica nacional (CBS e IBS)

2 Produtos hortícolas, frutas e ovos (CBS e IBS)

3 Prouni, serviços de educação superior (CBS)

4 Perse, serviços do setor de eventos (CBS até 28/02/27)

60% de redução para...

1 Serviços de educação

2 Dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência

3 Serviços de saúde

4 Medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual

5 Serviços de transporte público coletivo

6 Insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal

7 Produções artísticas, cultura is, jornalísticas e audiovisuais nacionais e atividades desportivas

8 Produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura

9 Bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética

Isenções para...

1 Serviços de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, de caráter urbano, semiurbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual

2 Entidades religiosas, templos de qualquer culto, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes

3 Isenção ou redução em até 100% para atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (CBS e IBS)

Fonte: Machado Meyer

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50340&maxTouch=0&anchor=6480350&pd=f2331ef3c74693b4d5891e9bc936392e>

Reforma tributária pode ter impacto em créditos fiscais das companhias

Com a **reforma tributária**, as empresas podem ter dificuldades para receber parte dos créditos fiscais a que têm direito e usados para quitar **tributos**. Só as dez maiores companhias do agronegócio e as dez do varejo têm, em conjunto, R\$ 70,1 bilhões acumulados, segundo estudo da holding Banco Fiscal.

Para especialistas, é esperado impacto geral muito positivo da reforma nos resultados das empresas com a simplificação e com a unificação do PIS/Cofins, ICMS, IPI e ISS. A preocupação em relação aos créditos fiscais ocorre porque o texto, aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado, ainda deixa dúvidas e não prevê de forma clara o uso do saldo credor remanescente desses créditos, após a extinção dos cinco **tributos** e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual.

Uma regra de transição da reforma estabelece que, durante 2026, quando for cobrado 0,1% a título de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e 0,9% de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), os créditos antigos poderão abater os débitos dos novos **tributos**. Contudo, quando o PIS/Cofins for extinto, em 2027, e o ICMS, em 2033, as empresas - principalmente as exportadoras - ainda poderão ter volume alto de créditos acumulados. Para mudar esse cenário, serão necessárias alterações no texto atual ou que a questão seja tratada por futura lei complementar.

Pelo texto encaminhado ao Senado, não há norma para as empresas com saldo de PIS/Cofins no fim de 2026. Para o ICMS, o prazo de compensação de créditos gerados, até 2032, será de até 20 anos. "Senado nem lei complementar criarem regras para essa situação específica, ou a **Receita Federal** aceitará a compensação com base nas regras atuais, ou haverá litígio", diz o tributarista Anderson Trautman.

O presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, afirma que ajustes são necessários, e o prazo do ICMS seria um deles. Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, espera que a questão seja regulada por lei e que isso evite judicializações. Página E1

Reforma pode impactar uso de créditos fiscais

Estevão Taiar, Beatriz Olivon e Laura Ignacio De Brasília e São Paulo

As empresas poderão ter dificuldades para receber parte dos créditos fiscais a que têm direito - usados para quitar **tributos** - com a **reforma tributária**. Só as dez maiores companhias do agronegócio e as dez do varejo têm R\$ 70,1 bilhões a receber, conforme levantamento do Banco Fiscal, que atua com planejamento tributário. Essa possibilidade existe porque o texto atual, aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado, não prevê uma forma clara de compensação ou monetização dos saldos credores após a extinção do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS. E a saída, segundo especialistas, poderá ser a judicialização.

O levantamento do Banco Fiscal foi realizado com base nas demonstrações financeiras publicadas pelas 20 empresas até 31 de dezembro. Ambos os setores, segundo Luis Wulff, um dos autores do estudo, acumulam, via de regra, saldos credores de **tributos** a recuperar "em função de seus modelos de negócio".

Empresas do agronegócio e do varejo, entre outros, costumam acumular muitos créditos. Isso acontece especialmente com as que são preponderantemente exportadoras.

Elas obtêm créditos na compra de insumos para a produção e, como são desoneradas de **tributos** na saída (venda) dos produtos do país, não têm como usar tudo para abater os **tributos** a pagar.

Atualmente, os créditos de PIS e Cofins, que são contribuições destinadas à União, podem ser usados na quitação de quaisquer **tributos** federais. O efeito do acúmulo de saldo credor do ICMS é mais grave porque a compensação só é permitida com o próprio imposto estadual.

Além disso, como cada Estado tem autonomia para cobrar o ICMS de um jeito, é comum que empresas com muitas transações interestaduais tenham mais dificuldade para usar esses créditos, que acabam se acumulando.

Juntas, as companhias do agronegócio destacadas pelo levantamento do Banco Fiscal - JBS, Ambev, Marfrig, Cargill, Copersucar, BRF, Raízen, Suzano,

Cosan e Coamo - têm pouco mais de R\$ 38 bilhões a receber em créditos tributários, em função do "grande volume de exportações". Dessa quantia, R\$ 23,6 bilhões dizem respeito a **impostos** federais e R\$ 14,3 bilhões a **impostos** estaduais. O total representa 3,44% da receita líquida anual das dez companhias, mas individualmente pode ultrapassar 10%. A Ambev foi classificada como agronegócio pelo volume de matéria-prima que usa como insumo.

Já as dez varejistas analisadas são Carrefour, Assaí, Magazine Luiza, Via Varejo, Drogasil, Lojas Americanas, Mateus, BIG, Pão de Açúcar e Lojas Renner, cujos créditos somam quase R\$ 33 bilhões. Desse total, R\$ 11,8 bilhões são créditos com a União e R\$ 21 bilhões com os Estados.

O montante completo equivale a 8,96% da receita líquida anual das dez empresas, mas, nos casos mais extremos, alcançam 22%.

É esperado um impacto positivo da reforma sobre o resultado das empresas em geral em razão da simplificação decorrente da unificação do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Para substituir esses cinco **tributos** serão criados o IBS e a CBS - respectivamente, o Imposto e a Contribuição sobre Bens e Serviços.

Especificamente em relação aos créditos fiscais, a previsão da **reforma tributária** é a não cumulatividade ampla, o que quer dizer, na prática, que todo gasto vai gerar crédito de IBS ou CBS. Esses créditos serão homologados e ressarcidos pelo Fisco ou usados em compensação tributária - cuja gestão será do Conselho Federativo.

O governo espera que essa simplificação reduza a litigiosidade.

"O grosso do litígio que existe hoje em relação aos **tributos** sobre bens e serviços certamente vai deixar de existir com a **reforma tributária** porque o que se discute é o que dá créditos de ICMS, PIS e Cofins e, no novo sistema, tudo vai dar crédito", afirmou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em entrevista concedida a analistas da XP na quinta-feira.

Uma regra de transição da reforma estabelece que,

durante 2026, quando for cobrado 0,1% a título de IBS e 0,9% de CBS-para se verificar o potencial de arrecadação dos novos **tributos** -, os créditos antigos poderão ser usados para abater débitos dos novos **tributos**. Se a empresa não conseguir compensar, eles poderão ser ressarcidos em até 60 dias (artigo 124, parágrafo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT).

Contudo, quando o PIS e a Cofins forem extintos, em 2027, e o ICMS, em 2033, por exemplo, companhias - como as do agronegócio e varejo - ainda poderão ter um alto volume de créditos acumulados. Para mudar esse cenário, serão necessárias alterações no texto atual ou que esse problema seja tratado em legislação complementar.

Não há, no texto atual, regra específica para a empresa que ainda tiver saldo de créditos de PIS/Cofins no fim de 2026. "Se nem o Senado, nem lei complementar criarem regras para essa situação, ou a **Receita Federal** aceitar a compensação com base nas regras atuais, ou haverá litígio", diz Anderson Trautman, sócio do Souto Correa Advogados.

Para Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, não haveria problema em não existir uma previsão mais detalhada para o saldo credor de PIS e Cofins na transição para a CBS. "Já existem mecanismos para isso", afirma ele.

Camila Galvão, sócia do escritório Machado Meyer Advogados, diz, porém, que não é possível saber como a **Receita Federal** vai interpretar a questão. "Em último caso, as empresas poderão procurar a Justiça." Presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais, Isac Falcão espera que o aproveitamento dos créditos seja regulado em lei complementar. "É importante que a sociedade se faça presente no debate dessa lei, que impacta o patrimônio público", diz ele, acrescentando que mudanças na **legislação tributária** sem a resolução de problemas como esse deixam para o Judiciário uma tarefa que nas democracias deve caber à lei.

Em relação ao saldo credor de ICMS existente no fim de 2032, a reforma dispõe que serão homologados pelos Estados e o Conselho Federativo definirá a compensação (artigo 133 do ADCT), que deverá ser feita em 20 anos (240 meses).

Contudo, há empresas que, após esses 240 meses, ainda poderão ter créditos acumulados.

Outras temem ser obrigadas a usar esse saldo credor em 240 parcelas, o que traria um forte impacto para a caixa delas, segundo alerta Renata Emery, sócia do TozziniFreire.

"Sem esses esclarecimentos via lei complementar, isso poderá vir a gerar um novo contencioso", diz.

André Passos Cordeiro, presidente- executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), considera esse prazo de 20 anos inviável. "Esse prazo precisa ser menor porque o saldo credor é um fator decisivo para nossa competitividade, já que importar não gera acúmulo de créditos", afirma.

A **reforma tributária** também prevê que, de 2033 em diante, passará a incidir o IPCA como índice de correção dos créditos do ICMS - o que hoje em dia não existe e poderá imprimir celeridade na homologação e na compensação. "O problema é que tem empresa com um caminhão de créditos e essa correção do saldo credor só começará daqui dez anos", afirma Renata.

Para o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) Jorge Gonçalves Filho, alguns ajustes são necessários. Ele diz que o ideal seria um prazo de 120 meses para a compensação de créditos e que a correção fosse feita pela Selic, "um índice mais adequado aos balanços financeiros das empresas".

Uma previsão de compensação do saldo de PIS/Cofins com a CBS também é sugerida por ele.

Em nota, a Magazine Luiza destaca que vários aspectos da reforma proposta ainda deverão ser regulamentados por lei complementar e que, de forma geral, as mudanças devem ser benéficas para o setor varejista. E afirma acreditar que haverá tempo para a compensação dos créditos.

Procuradas pelo Valor, as demais empresas não deram retorno até o fechamento da edição ou optaram por não se posicionar.

Enxurrada de exceções abre discussão sobre alíquota do novo IVA

Um dos pontos cruciais da **reforma tributária** segue em aberto, e ficou ainda mais nebuloso após as negociações políticas na Câmara. É sobre qual será a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Segundo especialistas, o ideal seria que o IVA - que vai substituir cinco **impostos** diferentes (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) - tivesse uma só alíquota para todos os produtos e serviços. Isso simplificaria o processo e evitaria qualquer distorção. Desde o início, já se sabia que isso não seria possível. Alguns produtos e serviços teriam de ter um tratamento diferenciado. Saúde e educação, por exemplo.

Mas, nas negociações para a aprovação do projeto na Câmara, apareceram muito mais exceções.

Além disso, o desconto em relação à alíquota padrão, projetado em 50% para esses setores, acabou ficando em 60%. Com muito mais produtos e serviços pagando menos imposto - como a cesta básica, que vai ter alíquota zerada -, em tese outros itens terão de pagar mais para não derrubar a arrecadação. O projeto ainda precisa ser votado no Senado.

Em entrevista ao Estadão, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que "abrir demais as exceções pode pôr por terra ganhos da reforma".

As estimativas iniciais eram de que a alíquota básica ficaria em torno de 25%. Entre os países que adotam o IVA, a maior é a da Hungria: 27%.

"Evidentemente que, para manter o mesmo nível de arrecadação, que é o objetivo da reforma, só aumentando a alíquota", afirma a advogada Renata Emery, diretora da área tributária do escritório TozziniFreire. Segundo ela, é difícil prever qual será o percentual diante desse novo cenário.

"Muito provavelmente, maior do que 25%." O secretário extraordinário da reforma, Bernard Appy, admite que os tratamentos diferenciados puxam a alíquota padrão do IVA para cima, mas destaca que a reforma reduzirá a sonegação - e que isso freia a alta do novo imposto. "São dois fatores concomitantes. Vamos fazer os cálculos com base neles." Na prática, a nova alíquota será a soma de três sub-alíquotas: federal, estadual e municipal.

Nos 25% estimados pelo governo inicialmente, fala-se em 9% para a União, 14% para os Estados e 2% para os municípios.

"Mas a própria União já enviou ao Congresso um projeto de lei dizendo que precisa de 12%. Só aí, já estamos em 28%", alerta o tributarista Luiz Bichara. "Sinceramente?"

Está todo mundo chutando (o percentual da alíquota padrão do novo IVA)."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma Tributária autoriza estados e municípios a definirem alíquotas próprias do IBS (Reforma tributária)

Idiana Tomazelli

A **Reforma Tributária** autoriza estados e municípios a definirem suas próprias alíquotas no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), novo tributo que será criado no lugar dos atuais ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre Serviços).

O formato tem sido usado por críticos da Reforma para reforçar a artilharia contra a proposta, sob a justificativa de que isso anula o esforço de simplificação do Sistema Tributário Nacional .

O argumento é rejeitado por defensores do texto, que veem possibilidades limitadas de variação das alíquotas de um lugar para outro. Eles também afirmam que o dispositivo assegura a autonomia de estados e municípios , algo tão reivindicado justamente pelos críticos da proposta.

Há ainda um custo político não desprezível como barreira à instituição de uma cobrança maior do que a exercida no restante do país -o que é visto como vantagem ou como problema, a depender da ala que analisa a questão.

Sob uma perspectiva positiva, o ônus político conteria o ímpeto de governantes de elevar a tributação sobre seus contribuintes. Do ponto de vista negativo, haveria pressão pela fixação de uma alíquota de referência o mais elevada possível para atender a todos os entes sem individualizar desgastes.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada na Câmara dos Deputados prevê a unificação de cinco **tributos** sobre consumo em dois novos, o IBS (de competência estadual e municipal) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal. A transição seria iniciada em 2026, com previsão de migração completa em 2033 .

O governo federal tem sido cobrado a apontar em quanto devem ficar as alíquotas dos novos **impostos**, mas os números ainda são mantidos sob sigilo. Estimativas preliminares indicavam uma cobrança próxima a 25%, quando somados o IBS e a CBS , mas

a carga final vai depender também do alcance das exceções setoriais, que foram ampliadas na reta final da tramitação na Câmara .

O texto diz que, após a promulgação da PEC, uma resolução do Senado Federal vai fixar a alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, "que será aplicada salvo disposição em contrário em lei específica".

A lei específica em questão deverá ser aprovada no Legislativo local e poderá definir o patamar de cobrança em seu território, mesmo que isso signifique uma alíquota distinta da aplicada nos demais lugares. Há ainda a opção de estados e municípios vincularem de forma automática suas alíquotas à referência estipulada pelo Senado.

Técnicos que acompanham as discussões explicam que o trecho é importante para garantir a autonomia federativa, um princípio gravado na Constituição. Hoje, essa liberdade já existe: cada estado ou município define a alíquota a ser cobrada dos contribuintes.

A diferença é que, após a Reforma, a escolha se dará no âmbito de um sistema bem mais simples do que o atual, em que governadores e prefeitos fixam inúmeras alíquotas, diferenciadas conforme bens, serviços ou setores.

A PEC prevê, de forma expressa, que a cobrança definida pelo ente "será a mesma para todas as operações com bens ou serviços", à exceção dos regimes específicos ou favorecidos previstos no próprio texto constitucional. Ou seja, mesmo que o ente queira adotar uma alíquota maior ou menor, ela será única para todos os bens e serviços alcançados pelo IBS.

Além disso, os técnicos observam que o governador ou prefeito que quiser elevar a alíquota do IBS em seu território precisará "arcar com o ônus político" dessa decisão.

Se o desejo for o de reduzir a cobrança, o texto impede que a perda de arrecadação decorrente seja financiada de forma indireta por outros entes por meio

da transição federativa -período em que estados e municípios compensarão uns aos outros para evitar oscilações bruscas de receitas durante a implementação da Reforma.

O economista e pesquisador Sérgio Gobetti, especialista na área tributária e que hoje atua na secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, ressalta que o ônus político de fixar uma alíquota acima da referência tende a ser ainda maior após a PEC, uma vez que a proposta muda o local de cobrança da origem (onde o bem ou serviço é produzido) para o destino (onde ocorre o consumo).

"Hoje, quando o governante aumenta a alíquota, ele tributa o consumo de outro lugar, está invadindo o consumo dos cidadãos de outras localidades. Com a Reforma, ele estará literalmente tributando o consumo de seus cidadãos. O pãozinho, a conta de luz, a gasolina. Isso torna mais transparente e republicana a relação do tributo com a sociedade", diz Gobetti.

Segundo ele, não é verdade que a permissão para a mudança das alíquotas anula o objetivo de simplificação do sistema. Em sua avaliação, a ampliação das exceções setoriais gera mais complexidade do que a autorização para estados e municípios fixarem suas próprias alíquotas gerais.

"A demanda de aumento da alíquota deve ser baixa, porque a transição ajuda a assegurar a arrecadação", afirma o economista. Gobetti diz ainda que as mudanças serão sutis e tendem a seguir um padrão. Nos municípios, em que a cobrança hoje se situa entre 2% e 5%, seria de se esperar valores intermediários. "Não seriam mais de 5.000 alíquotas. Na prática, no máximo vai ter dez alíquotas, isso já exagerando."

O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda), Carlos Eduardo Xavier, diz que a autorização para cada ente fixar sua alíquota é importante para acomodar as diferentes necessidades. "O país tem dimensões continentais e regiões bem desiguais. Essa possibilidade é fundamental para a autonomia dos estados e municípios", afirma.

Crítico à Reforma, o sócio e economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, alerta de que as necessidades distintas vão justamente atuar como um incentivo à pressão sobre quem subsidiará o Senado com os cálculos da alíquota de referência - competência delegada ao TCU (Tribunal de Contas da União).

"Em primeiro lugar, apesar de o TCU ter servidores muito bons, não faz sentido o órgão de controle fazer essa estimativa", critica ele, que também já foi

secretário de Fazenda de São Paulo. "Em segundo lugar, [mesmo com a autonomia], nenhum estado ou município vai querer mudar sua alíquota, porque vai valer para todos os setores."

Para ele, o risco de perda de arrecadação levará os entes a pressionar o TCU na tentativa de afastar o custo político local. "Se acontecer o que eu acho que vai acontecer, a tendência é de a alíquota de referência ficar o mais elevada possível, para [os entes] não terem o ônus de ficarem com alíquota maior do que a de referência", afirma.

Salto defende a fixação de uma banda, com mínimo e máximo para as alíquotas dos novos **tributos**, a ser gravada em lei complementar que regulamentará a Reforma. A norma -que ele chama de "nova Lei Kandir"- também poderia estabelecer os preceitos básicos do novo imposto, a partir dos quais os Executivos estaduais e municipais poderiam fixar suas regras, em substituição ao Conselho Federativo.

A ideia de uma banda para as alíquotas do IBS foi defendida pelo relator da Reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), em entrevista à Folha. A diferença é que o relator entende que o comando precisa constar na própria PEC.

"Acho talvez prudente que se tenha um comando constitucional de mínimos e máximos no IBS e para a CBS. Se não, vai deixar para uma lei complementar, que é uma matéria infraconstitucional, com quórum mais baixo", afirmou Braga à reportagem no dia em que foi oficializado na relatoria.

O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal da FGV Ibre, pondera que as alíquotas não podem ser pensadas de forma nacional, uma vez que cada estado e município têm hoje determinada carga tributária. A fixação de uma trava poderia, segundo ele, tirar autonomia dos entes.

"Se a PEC amplia as exceções, mas estabelece um máximo de 25%, isso pode gerar conflito", afirma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/reforma-tributaria-autoriza-estados-e-municipios-a-definirem-aliquotas-proprias-do-ibs.shtml>

A Reforma Tributária e o Simples Nacional

por **Ecio Costa@eciocosta**

Com a **Reforma Tributária**, vai valer a pena continuar no Simples Nacional? O texto aprovado pela Câmara dos Deputados mantém o regime especial para micro e pequenas empresas, com faturamento até R\$ 4,8 milhões/ano, mas pode ser vantajoso migrar para o IVA, dependendo do setor.

O texto aprovado mantém o Simples Nacional como um regime simplificado e especial de tributação, retirando os **tributos** que serão extintos - IPI, Pis e Cofins na esfera federal, ICMS (estadual) e ISS (municipal) e incluindo os novos (CBS federal e IBS estadual/municipal).

O Simples Nacional é um regime tributário específico para as micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais, os MEIs. Criado em 2006, tem como finalidade reduzir os custos e facilitar a burocracia para pequenos empresários com um sistema que unifica o recolhimento dos **tributos**. Podem optar por esse regime os negócios com faturamento de até R\$ 4,8 milhões anuais. Além de facilitar o pagamento dos **tributos** por meio de uma única guia mensal - o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) -, o Simples tem uma tabela de alíquotas reduzidas, que são calculadas de acordo com o faturamento e segmento da empresa.

A proposta aprovada da **Reforma Tributária** prevê um mecanismo onde a cobrança do IVA (CBS e IBS combinados) não seja feita mais de uma vez ao longo da cadeia produtiva, evitando o problema atual de tributação em cima de tributação. Essa mudança de regra pode se tornar interessante para uma adesão ao IVA por alguns setores que hoje estão no Simples Nacional.

Isso pode acontecer pois o novo sistema prevê o desconto de **impostos** pagos ao longo da cadeia com insumos nos processos produtivos por meio de créditos, calculando o imposto somente sobre o valor adicionado. Essa pode ser uma situação bastante favorável para setores como o comércio e pequenas indústrias, que consomem muitos insumos, principalmente mercadorias, e pagam aluguel, frete, e outros serviços.

O empreendedor precisa analisar com detalhe se a opção pela não cumulatividade do IVA será mais vantajosa do que a alíquota reduzida para o Simples Nacional. A nova alíquota ainda não foi acertada, mas

o Ministério da Fazenda trabalha com um percentual de 25% a ser definido em lei complementar.

A migração do Simples para a tributação geral pode ser interessante para atividades do comércio, por exemplo, que oferecem maior volume de crédito tributário, mas não tanto para os serviços. Nesse setor, a maior fonte de despesas é a folha de pagamento, que não gera créditos tributários para as empresas.

A busca por créditos pode inclusive aumentar a pejetização do mercado de trabalho, onde empresas podem forçar os funcionários a migrarem para esse tipo de contratação, podendo usar esses pagamentos como crédito no processo produtivo, já que a contratação de mão de obra não conta.

O Simples perderá força se o sistema de não cumulatividade implementado com a **reforma tributária** for mais vantajoso. O único atrativo do sistema, nesse caso, passaria a ser a isenção do **INSS** quota patronal para quem contrata empregados no regime CLT, desde que não aconteça a pejetização da mão de obra.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2023/07/a-reforma-tributaria-e-o-simples-nacional.html>

Reforma tributária deve ser "comemorada", diz economista

A aprovação do texto-base da **reforma tributária** pela Câmara dos Deputados deve ser comemorada.

Mas algumas linhas da proposta ainda podem ser aprimoradas.

Essa é a visão do professor Aloisio Araujo, da Escola de Pós- Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas e do Instituto de Matemática Aplicada (Impa).

Em entrevista ao Valor, Araujo defendeu a inclusão de mais setores no chamado "imposto seletivo", novo tributo que deve abarcar segmentos que provocam danos à saúde e ao ambiente. Além das indústrias de cigarros e álcool, Araujo defende incluir nessa lista alimentos ultraprocessados, bebidas açucaradas e automóveis.

Ele admitiu que a inclusão da área automobilística é um ponto polêmico, mas entende que aqueles que fazem lobby em prol de não taxar o setor, cujo produto principal tem uso intensivo de combustíveis fósseis, fazem "lobby ruim". Outra recomendação do acadêmico é em relação ao escopo de isenções. Para alguns setores ou finalidades específicas, a reforma cria regimes diferenciados em relação às regras gerais, com possibilidade, por exemplo, de alíquota zerada ou com redução de 60%. Para ele, a abrangência das isenções foi muito ampla.

Para Araujo, mesmo com a necessidade de alguns ajustes, a aprovação da reforma conduzirá, indiscutivelmente, a "ganhos enormes" no setor empresarial, com impacto favorável para a economia. A seguir os principais pontos da entrevista: Valor: O que o senhor achou do texto-base da **reforma tributária**?

Alguma coisa ficou de fora?

Aloisio Araujo: Eu achei excelente que foi aprovado [na Câmara dos Deputados]. Eu vou ser o último a dizer, depois de tantos anos de demora, que não devia ter sido aprovado. Muitos avanços já tinham sido feitos, no que é possível fazer. Nunca vai se conseguir uma coisa perfeita. São extremamente complexas. Mas fiquei muito contente. Acho que foi muito importante a habilidade política [para aprovação do texto] do Fernando Haddad [ministro da Fazenda].

Valor: O que foi aprovado pode ajudar o setor empresarial a acessar mais mercados?

Araujo: Sim. Era muito prejudicial, por exemplo, para a indústria.

Ninguém exporta imposto.

Mas, no Brasil era tão confuso.

Países levavam o Brasil à corte internacional achando que se estaria dando subsídio. Mas na verdade estava se tirando imposto.

Valor: O que achou da proposta de criação de fundos, com recursos da União, para o desenvolvimento regional e para compensar possíveis perdas de arrecadação estaduais?

Araujo: É a melhor política industrial que o governo federal pode fazer: utilização de recursos federais para ajudar a passar a reforma.

Porque vai beneficiar mais a indústria, com ganhos de produtividade generalizados. Todo o mote principal da reforma é também permitir que a indústria seja menos taxada.

Valor: Vários empresários reclamavam, antes da reforma, do chamado efeito cascata de **tributos**, de um mesmo produto ser taxado em diferentes estágios de produção...

Araujo: Sim. Todos já sabiam que era melhor fazer Imposto sobre Valor Adicionado, um IVA, o que foi feito, uma taxaçoão muito melhor. Taxar valor adicionado é muito melhor do que taxar em cascata. É muito melhor você taxar no destino e não na origem, senão tem competição tributária predatória [entre Estados]. São grandes os ganhos que essa reforma traz. Vai se unificar com o IVA a legislação dos **impostos** estaduais.

Mas os efeitos dessa reforma serão múltiplos.

Valor: Em que sentido?

Araujo: Se a carga tributária da empresa for muito elevada e essa empresa não tiver crédito tributário,

então para ela pode ser difícil pagar. Pode haver uma reorganização de empresas, em várias direções [após a reforma]. Para o Simples, por exemplo. Pode ser que algumas empresas migrem para o Simples porque vão ter tratamento tributário diferenciado.

Mas uma empresa grande não cabe dentro do Simples. E [um outro exemplo de reorganização de empresas] é que pode haver perdas de possíveis ganhos de produtividade com essa reforma.

Valor: Por quê?

Araujo: Por causa da eficiência locativa. Muitas vezes a empresa se instalou em determinado Estado porque o governo deu benefício tributário. Essa chamada "guerra fiscal" desaparece [e também o benefício].

A empresa não vai ter mais a mesma vantagem que tinha quando instalou a fábrica].

Valor: Que arestas podem ser aparadas ainda na reforma?

Araujo: Creio que tem que se ver para reduzir um pouco essa alíquota padrão, que eu acho que vai ficar muito elevada [ainda a ser definida, mas estimada em até 30%]. Mas nada disso impede a validade da reforma, e a excelência dessa reforma.

Valor: E como possíveis arestas no texto poderiam ser aparadas?

Araujo: Uma parte no Senado [apreciação do texto-base da **reforma tributária** no Senado]. Mas estou falando de coisas do que pode melhorar. Então essa alíquota base pode ficar muito alta. Ela pode ser reduzida bastante com "**impostos** seletivos" [aplicados em determinados produtos], na reforma. Na minha visão, especificamente, é que o "imposto seletivo" tem que vir mais robusto. Tem uma certa divergência, têm grupos que vão se defender, como cigarros e álcool [previstos na taxaçoão do "imposto seletivo" da reforma].

Valor: Por que o senhor acha que precisa vir mais robusto?

Araujo: Porque permite se diminuir a alíquota básica, que pode estar em 27%, 28%. Ninguém sabe ao certo, entre 25% e 30%.

Valor: E quais setores poderiam ser contemplados com o "imposto seletivo", além dos que já foram mencionados?

Araujo: Por exemplo, o de alimentos ultraprocessados. Tem um lobby muito grande contra.

Tem lobby bom e tem lobby ruim. Mas lobby que não quer taxar ultraprocessados é ruim. Porque faz mal à saúde. Tem sal, tem elementos cancerígenos. Bebidas açucaradas também. E eu sou a favor de taxar automóvel. Ninguém fala em taxar automóvel.

Valor: Há a ideia de sobretaxar produtos nocivos ao ambiente e à saúde com o novo imposto seletivo.

Automóveis que usam combustíveis fósseis poderiam ser inclusos então?

Araujo: Eu acho que automóveis poderiam entrar. Eu acho que tem de fazer um imposto seletivo forte.

Valor: Se tivermos aumento muito grande do escopo do imposto seletivo, não poderia ser um freio em segmentos industriais potentes, dentro da indústria brasileira?

Araujo: Não. O que eu acho é que a reforma já traz mais clareza [para o setor industrial], porque não teremos mais os **impostos** em cascatas. Não teremos mais taxaçoão na origem e sim no destino, então não vai se colocar indústria em locais que não deveria estar [para receber benefício fiscal estadual].

Eu não estou falando para fazer [imposto seletivo] em toda a indústria. Não vai taxar tudo, pelo contrário. É minha perspectiva pessoal: automóveis têm um custo muito grande [de gastos públicos]. Tem externalidades, construção de viadutos, estradas.

Você poderia estar fazendo outros tipos de investimentos nas cidades.

Eu sei que esse ponto é polêmico, mas é minha posição. Mas tem que ser um imposto seletivo robusto, porque vai ajudar na redução [da alíquota padrão] e, assim, ajudar a indústria.

Valor: Então com a robustez maior do imposto seletivo isso permitiria ter uma redução da alíquota padrão? Uma medida compensaria a outra?

Araujo: Sim.

Valor: Em linhas gerais, quais seriam os ganhos da reforma?

Araujo: Os ganhos são muitos.

Só essa simplificação tributária [extinção de cinco **impostos** e criação do Imposto sobre Valor Agregado dual], de forma direta, se teria gastos menores com advogados [nas empresas, para lidar com **impostos**]. Uma legislação mais clara. Mas pode ser que, durante

o período de transição, esses gastos até aumentem.

Valor: Por quê?

Araujo: Porque teríamos dois sistemas [o atual, e o que será implementado com a reforma]. [As regras da reforma] vão começar em 2026 e transição até 2033. Eu defendia uma coisa mais paulatina também. Mas não tão longa. É preciso sim que as empresas tenham período de adaptação, mas eu defendia um tempo mais curto [de transição].

Valor: Voltando a falar sobre suas recomendações. Como poderiam ser inclusos mais setores no "imposto seletivo", por exemplo?

Araujo: Por lei complementar.

Que vai definir alíquotas, vai definir o imposto seletivo. E outra coisa que poderia mudar seria o número de isenções [regimes tributários diferenciados em relação às regras gerais].

Valor: Por quê?

Araujo: Porque o número de isenções foi muito amplo. O custo também faz aumentar a alíquota básica. Seria bom que isso fosse corrigido [redução de número de isenções] no Senado.

Valor: Mesmo com a necessidade, em sua visão, de alguns ajustes, no caso dessa reforma, podemos dizer que a aprovação foi uma vitória?

Araujo: Foi espetacular. Eu sou fã [da reforma tributária], comemorei.

Temos muito o que comemorar.

Mas não dá para ficar só abrindo garrafa de champanhe. Porque tem que passar pelo Senado, tem que fazer algumas correções. Reequilibrar algumas coisas. Não é uma crítica a essa lei [da reforma tributária]. Mas acho que teremos ganhos maiores ainda, se fizer algumas coisas complementares.

Em tempos de reforma tributária, uma comparação entre Brasil e EUA

VALÉRIA BRETAS

Seja em uma viagem de trabalho ou de férias, os Estados Unidos costumam estar no imaginário do brasileiro que tem a intenção de fazer compras no exterior. N país, cada Estado define os seus **impostos** sobre vendas, que podem variar entre 0% e 9,55%, considerando a soma dos tributos locais e estaduais.

Engana-se, porém, quem acredita que os destinos mais procurados pelos turistas, como Nova York, Califórnia e Flórida, estão entre os melhores lugares para encher o carrinho.

Os dois primeiros figuram entre os 10 Estados com o maior imposto sobre compras do país, com uma média de 8,52% e 8,82%, respectivamente.

Já a Flórida aparece na 23.^a posição do ranking dos 50 Estados americanos, com 7,02%.

Os valores podem assustar à primeira vista, mas por aqui a realidade tributária é ainda pior. O Brasil tem o título de segundo país com o iPhone mais caro do mundo, atrás somente da Turquia, segundo levantamento anual realizado pelo portal Nukeni. Cerca de 40% do valor do aparelho vem de **impostos**, segundo cálculos realizados pelo escritório DMGSA (Domingues Sociedade de Advogados).

Nas últimas semanas, o projeto de **reforma tributária** que tramita no Congresso norteou as discussões em todo o Brasil, com a promessa de unificar as alíquotas e simplificar o sistema.

"Quando isso acontecer, mais empresas e investidores estrangeiros virão, e isso pode reduzir o valor do dólar e tornar o País mais competitivo", diz Camila Tápias, advogada tributarista e sócia do Utumi Advogados.

Com o texto ainda em discussão, não há uma definição sobre o valor da alíquota que será considerado padrão para a maioria dos bens e serviços da economia. Os especialistas, no entanto, projetam impactos negativos caso essa alíquota-base fique acima de 25% - cenário que passou a ser considerado depois que a Câmara aprovou exceções para vários setores econômicos.

Uma alíquota acima de 25% colocaria o Brasil entre os

países com um dos maiores percentuais para o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) do mundo.

"A carga tributária nos EUA é mais vantajosa porque os **impostos** sobre consumo são menores, uma estratégia diferente do que é praticado aqui", diz Cláudio Batista, sócio do DMGSA e especialista em direito tributário internacional.

"Por termos uma alíquota mais alta, há um desincentivo ao consumo." "TAX FREE". Quem costuma viajar talvez já tenha se deparado com o "tax free", um sistema de reembolso de **impostos** por compras realizadas no exterior.

O benefício é popular na Europa por devolver ao consumidor final o valor pago pelo imposto IVA, que pode chegar a 27% em alguns países.

Nos Estados Unidos, a política é outra. Há cinco Estados que não cobram a chamada "sales tax": Delaware, New Hampshire, Oregon, Montana e Alaska. Isso significa que, a cada US\$ 1 mil gastos nesses lugares, o consumidor teria de pagar mais US\$ 88,20 se os mesmos produtos fossem adquiridos na Califórnia, por exemplo.

Ainda assim, turistas de todo o mundo escolhem o país para fazer compras, especialmente de produtos eletrônicos ou um enxoval. E há duas regiões nos EUA que oferecem a vantagem de receber os valores dos **impostos** de volta em dinheiro: Texas e Louisiana. Por lá, todas as compras realizadas em lojas como Apple, Forever 21 e Best Buy devolvem os **tributos** aos turistas. Para ter o dinheiro de volta na carteira, é necessário levar o passaporte e as notas fiscais em um dos postos de troca.

PLANEJAMENTO. A recomendação para quem decide viajar e ir às compras é começar o planejamento financeiro com antecedência. O primeiro passo é pesquisar o valor médio do que se pretende comprar e, na sequência, acompanhar o preço das passagens, comparar tarifas de hospedagens e projetar gastos aproximados com a alimentação. E, para isso, é fundamental monitorar a cotação do dólar. A cotação da moeda em relação ao real tem oscilado menos nos últimos meses, mas segue na faixa dos R\$ 5, e é necessário simular as despesas para fazer a conversão.

"É essencial avaliar o destino porque a incidência de **impostos** é diferente em cada lugar, e isso pode pesar dependendo do volume de compras", diz Eliane Tanabe, planejadora financeira CFP pela Planejar.

"Se a intenção é gastar US\$ 1 mil, vale comprar a moeda aos poucos ou deixar o dinheiro em uma conta em dólar para se proteger da oscilação do câmbio." O passo final é definir a data da viagem para organizar a quantia mensal que deve ser separada até o dia do embarque.

Se as contas não batem, a recomendação dos planejadores é olhar para o orçamento e entender se há gastos que podem ser cortados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ribeiro trabalhará com Braga na reforma

Por Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Julia Lindner - De Brasília

Relator da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) deve acompanhar de perto a tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) no Senado. Aliados dizem que ele será uma espécie de "braço auxiliar" do relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), enquanto o texto estiver sob apreciação da Casa comandada por Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O objetivo, segundo fontes, é evitar "um superesvaziamento" da PEC e garantir que a conclusão da análise pelas duas Casas ocorra o quanto antes - a avaliação é que, quanto mais alinhados estiverem Câmara e Senado, mais cedo a proposta será promulgada.

Nesse trabalho conjunto, os parlamentares também pretendem mapear os focos de resistência e identificar ofensivas da classe política e de setores por mudanças no projeto.

Segundo apurou o Valor, há uma leitura de que eventuais concessões podem ser feitas para Estados e municípios, mas que é preciso redobrar atenções para monitorar as articulações de setores por mudanças no texto.

Fontes pontuam que, caso as críticas de setores sejam consideradas "injustificadas", é preciso confrontá-las para evitar uma "enxurrada de concessões que estimulem outros setores a pedirem mudanças".

Apesar da demonstração de que há abertura para manter o diálogo aberto com governadores e prefeitos, interlocutores de Ribeiro ponderam que os entes federativos foram contemplados com diversas mudanças ao longo da tramitação do projeto na Câmara. Por isso, eles seriam atendidos apenas caso a aprovação do texto estivesse em risco no Senado se um novo ajuste não fosse feito por Braga em seu parecer.

"Governadores foram determinantes na fase final das articulações pela aprovação da reforma na Câmara. Por isso, há a disposição em manter o canal de diálogo aberto. Entendemos, porém, que eles já foram bem atendidos e que dificilmente trarão algum novo foco de resistência que possa colocar o avanço da matéria em risco", disse um aliado de Ribeiro ao Valor.

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que o alinhamento entre as Casas irá contribuir para a proposta andar no Congresso. "Esse alinhamento certamente contribuirá para que a reforma avance no Congresso e que o Brasil tenha, o mais rápido possível, um modelo tributário simplificado e moderno", postou o presidente do Senado em sua conta no Twitter.

Além de Ribeiro, Braga deve contar com outro reforço durante a tramitação da reforma no Senado. Na semana passada, o emedebista procurou o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para pedir apoio técnico da instituição enquanto o texto avança na Casa.

Além da contribuição técnica, a participação de Dantas nos esforços pela **reforma tributária** é vista por aliados como uma oportunidade de prestigiar o ministro no momento em que ele aparece como cotado para assumir a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) que se abrirá com a aposentadoria da ministra Rosa Weber.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/17/ribeiro-trabalhara-com-braga-na-reforma.ghtml>

Desoneração da cesta básica exige regras

lucia.monteiro@opopular.com.br

A desoneração dos produtos da cesta básica é um dos principais pontos da **reforma tributária**, pois deve beneficiar, principalmente, as famílias mais carentes, que destinam boa parte de seu orçamento à compra de alimentos básicos. Mas, para que a proposta alcance este objetivo, é necessária a definição dos itens da cesta e da forma como esta isenção chegará ao preço final dos produtos, o que depende de lei complementar. Isso para que os **tributos** que deixarão de ser cobrados não sejam incorporados às margens de lucro ao longo da cadeia.

Hoje, alimentos naturais (como frutas, carnes e hortaliças) ou de baixo processamento (como queijos, iogurtes e pães) e alguns produtos de higiene e limpeza já são isentos dos **impostos** federais, com PIS, Cofins e IPI. O texto aprovado da reforma estabelece a criação da "Cesta Básica Nacional de Alimentos". As alíquotas previstas para os IVAs federal e estadual e municipal serão reduzidas a zero para esses produtos. Em Goiás, os produtos da cesta básica têm ICMS reduzido para 7%. Já frutas, verduras e legumes já são isentos.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) considera a isenção de **tributos** sobre produtos da cesta básica uma necessidade de primeira ordem, que precisa ser analisada de forma mais aprofundada nos debates sobre o sistema tributário. "A reforma em discussão no Congresso não pode prejudicar os consumidores que mais seriam impactados em caso de aumento da tributação", alertou a entidade, em nota.

O Comitê Técnico sobre **reforma tributária** da Abras, formado por empresários, líderes setoriais, economistas e contadores, tem definido as diretrizes sobre o tema. Por isso, a entidade elaborou uma lista com 38 produtos que acredita que deveriam compor a cesta básica nacional, com base no consumo médio em todo País, para contribuir para definição dos itens, o que será feito por lei complementar. Ela inclui desde carne, ovos e leite, e produtos de higiene pessoal e limpeza, como creme dental, absorvente, detergente, sabão em pó e água sanitária, que hoje não integram a lista.

Para o presidente da Associação Goiana de Supermercados (Agos), Sirlei Antônio do Couto, apesar de os produtos da cesta básica que terão alíquota zero ainda não terem sido definidos, itens

básicos são essenciais e precisam de incentivo. Além disso, é necessário simplificar a forma de tributação, porque até os contadores têm muita dificuldade em seu trabalho, já que cada produto tem um tributo.

O presidente da Agos acredita que esta isenção de **impostos** vai elevar o poder de compra do consumidor e as vendas do setor supermercadista. Já a concorrência deve evitar que benefício deixe de ser repassado aos preços. "Quem vende mais barato, vende mais. Além disso, a mercadoria que chegar sem o impacto da isenção na nota fiscal, deve ser devolvida", alerta.

Sirlei Antônio do Couto, presidente do Associação Goiano de Supermercados (Agos): itens essenciais precisam de incentivos

Site: <https://opopular.com.br/digital/17-julho-2023/10-caderno>

Lei complementar deve garantir que isenção chegue ao preço final

Lucia Monteiro lucia.monteiro@opopular.com.br

O real impacto que a desoneração da cesta básica, prevista no texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados, terá sobre os preços dos produtos que fizerem parte dela ainda dependerá da lei complementar que fará sua regulamentação.

Tributaristas acreditam que os parlamentares deverão ter muito bom senso para definir regras de operacionalização para que esta desoneração realmente chegue ao preço final dos produtos, e não seja incorporada ao lucro das empresas ao longo das cadeias produtivas.

Para o advogado tributarista Gilberto Scislewski, do escritório Jacó Coelho Advogados, há uma grande expectativa pela desoneração dos produtos da cesta básica. Ele observa que a lei complementar para definir quais produtos farão parte dessa cesta e terão alíquota zero também pode indicar outros que podem ter alíquota escalonada. A estimativa é que os produtos mais beneficiados sejam industrializados, por estarem numa cadeia produtiva maior até o consumidor.

Mas o tributarista alerta que, por enquanto, só existem perspectivas e o impacto final ainda é desconhecido. Segundo ele, o "bom senso" do governo é de que o aproveitamento de créditos tributários destes produtos se reverta em descontos nos preços ao consumidor. "Mas é uma grande ingenuidade achar que tudo será repassado em forma de descontos, pois a história mostra que boa parte do benefício acaba incorporado aos lucros das empresas", alerta.

Apesar da expectativa de que a desoneração resulte em queda nos preços dos produtos da cesta básica, outros pontos da reforma ainda podem onerar os preços. Gilberto Scislewski lembra, apesar da futura alíquota zero, que os preços destes produtos ainda podem ser impactados pela tributação do setor de serviços, por exemplo, que deve ser muito elevada pelo formato atual da reforma. "Toda empresa que produz algo utiliza vários tipos de serviços e isso vai acabar impactando a cesta básica em algum momento. Alguém terá de pagar esta conta e será o consumidor final", prevê.

Por isso, o tributarista acredita que esta tributação

sobre o setor de serviços terá de ser repensada no Senado, pois os custos da cesta básica devem ser analisados em conjunto com os serviços utilizados para fabricação de seus produtos. Ele avalia que ainda exista muita especulação, pois tudo ainda dependerá da lei complementar. "Já existem previsões de queda de até 70% nos preços de alguns produtos, mas somente com a desoneração não é possível ter uma redução desta ordem", adverte.

Para o também advogado tributarista Sidnei Pimentel, a política tributária do Estado de Goiás, que tem ICMS diferenciado de 7% para produtos da cesta básica, além de incentivar toda cadeia de alimentos, já é muito interessante. "Acredito que a cesta básica deve ter uma tributação diferenciada, independente do poder aquisitivo de quem consome", diz.

Apesar da reforma caminhar para no sentido da justiça tributária, Sidnei também acredita que tudo ainda dependerá do formato da lei complementar. "Quais serão os critérios para elaboração desta cesta básica? Serão os produtos definidos pelo Dieese ou será criada uma nova lista?", questiona Pimentel.

Além disso, o ideal é que o consumidor já compre o produto livre de **impostos**, e não receba um cash back pelos **tributos** que ele já pagou, o que seria bem mais difícil operacionalmente. "Uma das vantagens é que isso vai incentivar o consumidor a pedir a nota fiscal", reconhece.

CORRIGIR DISTORÇÕES A maior preocupação atual é com a garantia de que a desoneração realmente se reflita nos preços, ou seja, se o fato de um produto ter sido desonerado, pura e simplesmente, se refletirá no valor final cobrado do consumidor. "Se o mercado funcionar normalmente, o preço dos produtos da cesta básica terá de refletir a exclusão destes 7% de ICMS, já cobrados no caso da tributação de Goiás. Mas o sistema de aproveitamento de créditos ainda deve ser detalhado pela lei complementar", avalia.

Por isso, o tributarista acredita que o governo deverá adotar mecanismos para corrigir distorções do mercado, que também precisará funcionar bem para que a reforma alcance seu objetivo. "A **reforma tributária** é um falso consenso, pois todos os segmentos querem pagarmenos e o governo quer arrecadar mais. Por isso, a formatação da lei

complementar será um grande desafio", alerta.

Cesta desonerada

Associação Brasileira de Supermercados (Abras) sugere itens que devem ter isenção tributária

O que propõe a reforma tributária?

A substituição de dois **tributos** federais (PIS e Cofins) por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), gerida pela União, e de outros dois **tributos** (ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por estados e municípios. O texto aprovado estabelece a criação da "Cesta Básica Nacional de Alimentos", com as alíquotas previstas para os IVAs federal e estadual e municipal reduzidas a zero para esses produtos.

Produtos para composição da cesta básica nacional sugeridos pela Abras para a reforma tributária

Site: <https://opopular.com.br/digital/17-julho-2023/1o-caderno>

Reforma do IR: Haddad quer rodada de conversas com empresários antes de apresentar texto ao Congresso

Por *Victoria Abel - Brasília*

O Ministério da Fazenda já vem desenhando os traços preliminares da segunda parte da **reforma tributária**, que recairá sobre o Imposto de Renda (IR). A discussão, porém, ainda é embrionária e o ministro Fernando Haddad quer negociar alguns pontos com o empresariado antes de enviar o projeto de lei ao Congresso Nacional.

Aliados do ministro afirmam que não foi definido prazo para o envio da proposta e ressaltam que as conversas ainda devem levar tempo. O contato com grandes acionistas é ainda mais estratégico para a reforma do IR. Isso porque as alterações devem impactar diretamente percentuais de lucros e dividendos de sócios majoritários de empresas.

Na última quinta-feira, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse que o projeto de lei do IR poderia ser enviado por Haddad já em agosto, para uma tramitação na Câmara. Dessa forma, caminharia concomitante à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos **impostos** sobre consumo no Senado.

O líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL), não vê problema em articular os dois assuntos conjuntamente.

- Não acho que seria bom esperar. A reforma do IR é importante para que tenhamos justiça tributária. Elas podem evoluir concomitantemente - argumentou.

Mas os governistas divergem sobre a efetividade de uma análise acelerada. Parte deles considera melhor esperar a aprovação da reforma sobre **tributos** do consumo para começar a reforma do IR. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também se mostrou contra uma tramitação conjunta.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), membro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), defende que as discussões ocorram uma de cada vez.

- Não dá pra misturar pois são temas sensíveis. Após a tributária, partiremos para o Imposto de Renda, que

também é polêmico - disse Coronel.

Angelo Coronel é relator de um texto de reforma do IR que tramita há 2 anos no Congresso Nacional e está parado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta foi enviada pelo governo Jair Bolsonaro (PL-RJ), redigido pelo então ministro da Fazenda, Paulo Guedes.

Além da antipatia da maioria dos senadores com o ex-presidente, as negociações também travaram após empresários e banqueiros procurarem os parlamentares para protestar contra a proposta, de acordo com senadores ouvidos pelo GLOBO.

O projeto de Guedes previa uma alíquota de até 15% para a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos. A ideia, que saiu aprovada da Câmara dos Deputados em setembro de 2021, procurava equilibrar a cobrança de dividendos, diminuindo o tributo sobre pessoa jurídica, o IRPJ aplicado a empresas. Mas uma série de isenções também foi inseridas no texto, o que desvirtuou o projeto.

- Esse era o projeto na linha do que o Guedes formulou, não creio que alinha com o pensamento do Haddad - disse o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB).

Mesmo apresentando um texto diferente, aliados do ministro Fernando Haddad já esperam uma forte resistência. Além da tributação de lucros e dividendos, o projeto de reforma do IR poderá trazer a ampliação da faixa de isenção do imposto para pessoas físicas. Lula prometeu durante a campanha que brasileiros que ganhassem até R\$ 5 mil não precisariam pagar o tributo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/17/reforma-do-ir-haddad-quer-rodada-de-conversas-com-empresarios-antes-de-apresentar-texto-ao-congresso.ghtml>

25 mil servidores ganham acima do teto e custam R\$ 3,9 bi por ano

A pequena casta de **servidores públicos** que ganha acima do teto do funcionalismo - atualmente em R\$ 41,6 mil mensais - custa R\$ 3,9 bilhões por ano aos cofres da União, Estados e municípios. No ano passado, 25,3 mil pessoas faziam parte desse grupo seleto, o que representa 0,23% dos servidores estatutários, aqueles que foram aprovados em concurso e têm estabilidade no cargo.

Apesar do número ínfimo, o impacto nos orçamentos públicos é relevante. A cifra bilionária - que considera os dados de 2022, quando o teto era de R\$ 39,3 mil - supera, por exemplo, a verba prevista neste ano para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que soma R\$ 3,5 bilhões.

A maior parte do gasto está concentrada nos Estados (R\$ 2,54 bilhões, cerca de 60%), seguidos da União (R\$ 900 milhões) e dos municípios (R\$ 440 milhões).

Os números foram compilados pelo Centro de Liderança Pública (CLP), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). No documento, o CLP ressalva que parte dos valores extra-teto são referentes a indenizações legítimas, mas aponta que, mesmo excluindo esses montantes, o impacto anual superaria os R\$ 3 bilhões.

Segundo o levantamento, o valor máximo recebido por um servidor, em 2022, foi de R\$ 302,2 mil mensais - cifra quase oito vezes o teto vigente à época e 54 vezes o salário médio de um funcionário público no País, que no ano passado somava R\$ 5,6 mil.

"Isso mostra o quanto o Estado brasileiro ainda tem de gordura do ponto de vista de despesa e a importância de uma reforma administrativa", afirma Tadeu Barros, presidente do CLP. "Sabemos que é impossível discutir duas reformas ao mesmo tempo e que o foco, agora, é a tributária, mas gostaríamos que o assunto estivesse na agenda e voltasse ao radar. Em 2021, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que tem o objetivo de combater os supersalários de agentes públicos, já que limita o pagamento de auxílios que hoje driblam o teto constitucional. O texto, porém, está há dois anos parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCI) do Senado, à espera de um relator. "Se a matéria tivesse sido aprovada logo na sequência,

quase R\$ 8 bilhões poderiam ter sido economizados nesse período", diz Barros, que lembra que o governo está em busca de verbas para garantir o equilíbrio fiscal e zerar o rombo das contas públicas no ano que vem.

Penduricalhos O teto do funcionalismo público está inserido na Constituição, mas acaba sendo driblado com frequência. Isso porque os salários são inflados por uma série de "penduricalhos" - benefícios que se somam ao valor da remuneração.

Em maio deste ano, por exemplo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, definiu as regras para liberar um novo benefício que pode aumentar o salário de integrantes do Ministério Público da União (MPU) em R\$ 11 mil.

Os procuradores terão compensação pelo chamado "acúmulo de acervo processual, procedimental ou administrativo", mesmo quando estiverem em férias, licença ou recesso e afastados para atuar em associações de classe. A cada três dias trabalhados, eles ganharão um de folga, que poderá ser revertido em indenização. Um procurador da República tem salário de R\$ 33,7 mil.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230717&p=1>

Raio-X dos servidores

rosana hessel

O funcionalismo público é composto por mais de 11 milhões de servidores e servidoras em todo o país, e, para mapear melhor o perfil desses trabalhadores nas três esferas de governo, o instituto Republica.org juntou uma série de informações de diferentes fontes. A entidade criou um painel com filtros de pesquisa que será lançado na terça-feira, chamado de República em Dados.

Essa nova ferramenta permite ver, por exemplo, que, desde 2014, quando entrou em vigor o regime de cotas para os concursos públicos, os governos ainda não conseguiram aprovar o mínimo de 20% destinado para cotistas. No último ano da pesquisa, de 2019, esse percentual foi de 16% de cotistas aprovados.

"Toda essa discussão da lei de cotas tem que continuar sendo feita e será preciso também debater as modalidades dos concursos públicos, focando em outras capacidades técnicas que não aparecem em provas de múltipla escolha", destaca a gerente de dados e Comunicação do República.org, Vanessa Campagnac.

Segundo ela, o mais importante é sempre debater a lei de cotas e buscar melhorias e "não apenas apontar o dedo". A legislação em concursos tem vigência de 10 anos e, em 2024, deverá ser reavaliada, a exemplo do que está ocorrendo nas universidades.

No mês passado, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, quando anunciou a autorização para a realização de novos concursos públicos para 4.436 vagas em 20 órgãos federais, sinalizou que os editais dos certames que serão realizados neste ano precisam ter uma preocupação maior para o cumprimento da lei de cotas. No concurso da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por exemplo, haverá uma cota de 30% para essa população.

Cotas nos concursos

Entre 2021 e 2022, praticamente não houve novos concursos do Executivo federal e o MGI já criou um grupo de trabalho (GT) para propor a renovação. Em 4 de julho, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a portaria que designa os membros do colegiado criado para o aperfeiçoamento da Lei 12.990/14 - que prevê o percentual de cotas nos concursos públicos.

A norma prevê a reserva de 20% das vagas oferecidas nos certames federais para pessoas negras. Entre as prioridades do GT está a publicação da portaria que regulamenta a lei para que as regras sejam inseridas, com inovações jurídicas e técnicas, já nos concursos autorizados deste ano. Também estão previstas entregas para o GT relacionadas a outras ações afirmativas, como a inclusão de estudantes indígenas no programa de estágio da Administração Pública Federal.

Diferenças salariais

O novo painel do Republica.org também permite ver a evolução do número de servidores nos governos federal, estadual e municipal. A maior parte desses trabalhadores atua nos municípios (56,07%) e 40% desses servidores atuam nas áreas de educação ou saúde. Vanessa Campagnac ressalta que, a grande vantagem desse novo painel será ter um panorama sobre o servidor público e tudo que envolve os servidores.

"Existem vários estereótipos e concepções errôneas sobre o funcionalismo público. Essa plataforma tem como objetivo valorizar o servidor, mostrar a realidade dele e entender melhor para poder melhorar o panorama do serviço público", explica.

Com base nos dados do painel, é possível fazer comparações entre remunerações e constatar que as médias salariais dos servidores, de R\$ 6,2 mil para homens, e de R\$ 4,6 mil, para mulheres, é inferior ao teto do funcionalismo atual, de R\$ 41,6 mil. Contudo, em comparação com a média salarial do setor privado, a diferença chega a ser o dobro nos dois casos.

Ao longo dos anos, no entanto, os salários em geral acabaram diminuindo se comparados com as remunerações da última década, confirmando que a renda dos trabalhadores não está conseguindo acompanhar a **inflação**. Em 2013, por exemplo, as remunerações corrigidas são maiores do que as atuais, tanto no serviço público quanto no setor privado. E, na comparação de gênero, a desigualdade é maior no setor público do que no privado. As remunerações das mulheres são 17% e 25% menores do que as dos homens, no setor privado e no serviço público, respectivamente.

A base de dados que compõe o painel é bastante diversificada. "O banco de dados tem várias fontes de pesquisa é bem amplo. Tentamos colocar tudo junto

para facilitar as buscas e vamos atualizar sempre os bancos de dados. A plataforma é viva, vamos procurar melhorá-la e colocar mais informações para compor esse mosaico", acrescenta a gerente de dados do instituto.

Conforme informações levantadas pelo instituto, em 2021, havia 11,35 milhões de servidores no país, o equivalente a 12,45% do total de trabalhadores empregados no mesmo ano. Esse percentual é menor do que a média da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 23,48%, e do que as taxas de países vários vizinhos, como Argentina e Uruguai, de 19,31% e 16,92%, respectivamente.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/07/17/all.pdf>

Europa anuncia R\$ 242 bilhões de investimentos na América Latina e Caribe (União Europeia)

Ivan Finotti

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou na manhã desta segunda (17) que a União Europeia vai investir mais ? 45 bilhões (R\$ 242 bilhões) na América Latina e no Caribe, como parte do programa Global Gateway.

O anúncio aconteceu na abertura do fórum empresarial da cúpula Celac-UE, que acontece até essa terça em Bruxelas, na Bélgica . O evento reúne líderes dos 33 países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e os 25 da União Europeia (UE).

"Quero hoje lançar nossa agenda de investimentos para ? 45 bilhões para a América Latina e Caribe. Em conjunto, vamos priorizar os setores que receberão esse dinheiro", disse von der Leyen.

"O Global Gateway não faz só diferença pela dimensão. Cria uma nova abordagem e uma nova forma para apostar em novos projetos. É fundamental que o investimento se mantenha no local."

O programa geral prevê, até 2027, um investimento total de ? 300 bilhões (R\$ 1,6 trilhão) em todo o mundo . Esse dinheiro será usado em projetos de infraestrutura, climáticos e digitais para fortalecer as cadeias de abastecimento da Europa, impulsionar o comércio da UE e ajudar a combater a mudança climática.

No mês passado, em visita a Brasília, von der Leyen já havia anunciado investimento de ? 2 bilhões de euros (R\$ 10,7 bilhões) em hidrogênio verde no Brasil .

"A América Latina e o Caribe podem vir a ser uma fornecedora de energia. O setor das eólicas cresce exponencialmente e o próximo passo é transformar isso em hidrogênio verde, que pode ser exportado entre continentes e pode ser usado na indústria local, em setores como aço ou nos carros e caminhões", afirmou ela, nesta segunda.

"Outro exemplo é a matéria-prima crítica. Ao contrário de investidores estrangeiros comuns, não estamos

apenas interessados na extração dessas matérias-primas, mas sim em construir uma parceria."

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, respondeu que lançará nos próximos dias um novo plano de desenvolvimento para o Brasil. "Esse novo Brasil mais justo e solidário está sendo construído."

"Vamos retomar empreendimentos paralisados, acelerar outros e criar novos projetos. Ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Uma rede banda larga em todo o país será a base da educação. Com a **reforma tributária** em curso, simplificamos e tornamos a economia mais eficiente", afirmou ele.

"Nos mandatos anteriores, reduzimos o desmatamento em 80%. Desta vez, assumimos o compromisso de acabar com ele em 2030. E, nesse primeiro semestre, reduzimos 34% em relação ao ano passado."

Em relação a energia, Lula disse que "87% de nossa eletricidade vem de fontes renováveis, contra a média de 27% no mundo. E 50% de nossa energia é limpa, contra 15%".

Antes, o brasileiro havia se reunido a portas fechadas por quase meia hora com von der Leyen, antes de se reunirem por quase meia hora a portas abertas.

"A União Europeia vai investir muito nas comunidades da América Latina e no Caribe de forma a reduzir as desigualdades", afirmou von der Leyen.

"Queremos trabalhar de mãos dadas para os desafios dos novos tempos. Nossa ambição é resolver quaisquer diferenças e chegar a acordos de benefícios mútuos", disse a presidente da Comissão.

Lula lembrou que o Brasil menosprezou o comércio exterior e a diplomacia nos últimos anos. "E voltamos para colocar o Brasil no centro das discussões da comunidade internacional", afirmou ele.

"Temos forte tendência em energia renovável e pode ter certeza de uma coisa: a transição climática passa a ser prioridade de nosso governo", finalizou.

Apesar de o Mercosul estar fora da agenda de discussões, uma das missões de Lula na cúpula é arrancar um compromisso dos europeus de assinar o texto final do acordo ainda este ano.

Na sexta (14), o Brasil compartilhou com os demais países do Mercosul uma contraproposta a um texto que UE enviou em março. É esse novo documento que, se aprovado no bloco, Lula pretende que os europeus assinem antes de 2024.

O presidente brasileiro tem uma série de reuniões programadas entre hoje e amanhã. Na quarta, ele dará uma entrevista coletiva.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/europa-anuncia-r-242-bilhoes-de-investimentos-na-america-latina-e-caribe.shtml>

Mercado vê taxa de câmbio "comportada" até o fim do ano

Victor Rezende e Arthur Cagliari De São Paulo

O comportamento do câmbio doméstico tem surpreendido o mercado ao longo do ano e, aos poucos, uma perspectiva mais otimista em relação à trajetória futura do real tem sido esperada pelos agentes. A melhora no sentimento em torno das perspectivas econômicas, a dissipação de parte relevante do risco fiscal, o nível elevado das taxas de juros e a depreciação global do dólar são fatores que, juntos, ajudam a explicar a evolução do câmbio, que no início do ano chegou a R\$ 5,47. Alguns desafios permanecem à frente, mas, na visão consensual do mercado, o dólar deve se manter afastado das máximas de 2023.

Levantamento conduzido pelo Valor com 30 bancos e consultorias mostra que a mediana das projeções para o câmbio no fim deste ano aponta o dólar a R\$ 5,00. A maioria das casas, assim, espera que a taxa de câmbio sofra alguma desvalorização até o fim de 2023 em relação aos níveis atuais (R\$ 4,79 por dólar), mas o movimento não deve ser significativo, ao se ter em vista a baixa volatilidade do real no ano e a ausência de vetores que poderiam pressionar a moeda de forma expressiva nesta segunda metade do ano.

O nível elevado das taxas de juros e a volatilidade do real em baixa deram suporte ao movimento de apreciação do real neste ano, além da perda de fôlego do dólar em nível global. "O dólar está abaixo de R\$ 5 muito em função do carregamento, que beneficia a moeda em um contexto de fraqueza do dólar.

E, auxiliando nesse movimento, vemos o risco doméstico caindo. O arcabouço fiscal, o comprometimento com a arrecadação de receitas, a perspectiva positiva para o rating pela S P e a manutenção da meta de **inflação** em 3% ajudaram a melhorar a percepção de risco Brasil", afirma a economista Julia Passabom, do Itaú Unibanco.

Embora o resumo do primeiro semestre tenha sido positivo para a dinâmica do câmbio, a economista elenca alguns desafios pela frente que, na visão do banco, devem levar o dólar de volta a R\$ 5 no fim deste ano. "Toda essa parte do diferencial de juros atrativo para a moeda deve diminuir, porque o Banco Central vai começar a cortar os juros, enquanto o Federal Reserve não terminou ainda o ciclo de aperto.

O patamar do diferencial de juros ainda vai ser "ok", mas será menos atrativo." O estrategista Brendan McKenna, do Wells Fargo, adota visão semelhante, ao apontar que, mesmo com uma compressão do diferencial de juros, o real não deve ser penalizado expressivamente. "Veremos uma fraqueza modesta do real, nada muito significativo, até porque o mercado já está precificando um corte muito agressivo nas taxas de juros, e não acredito que o Banco Central irá seguir nesse ritmo", afirma. "Assim, à medida que as expectativas para a taxa de juros se ajustarem, poderemos ver um pouco de suporte para o real." McKenna elenca alguns riscos para o desempenho do real, como as incertezas em torno do crescimento chinês e preços mais baixos das commodities. Ele, porém, não vê impacto expressivo no desempenho da moeda brasileira. "A queda recente dos preços foi significativa e não criou nenhuma disrupção para o real. Para mim, aquilo que já exercia uma influência sobre o real continuará a ter peso, como o juro real e os prêmios de risco com a questão fiscal. É isso que pode trazer algum viés baixista para a moeda daqui em diante." O estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli, vê espaço para apreciação adicional do câmbio no terceiro trimestre, para algo em torno de R\$ 4,60 por dólar, mas espera que, ao longo dos últimos três meses do ano, o dólar volte a ganhar alguma força e encerre 2023 entre R\$ 4,80 e R\$ 4,90. "Vimos "drivers" bastante positivos aqui, como os resultados da balança comercial, o carregamento da taxa de juros e a redução do risco político.

O ponto negativo é que, a partir de agora, esses vetores positivos serão mais fracos." Giacomelli observa que os ganhos de commodities, agricultura e da reabertura econômica da China são fatores que não devem se repetir no segundo semestre, o que também não deve possibilitar uma surpresa no desempenho da atividade econômica como a que foi vista no primeiro trimestre. "O Brasil deve começar a entrar em um processo gradual de desaceleração.

Além disso, não vamos viver um ciclo das commodities como o que ocorreu no passado", nota.

O estrategista, assim, enfatiza que é "importante" que o processo de reformas tenha continuidade.

"A moeda ainda está em R\$ 4,80, o que é um nível

depreciado, o mercado de ações está barato... O entusiasmo que temos visto, em grande parte, se deve a medidas circunstanciais, como a safra recorde e a reabertura da China, além de uma transferência brutal de renda. Precisamos ver uma segunda onda de reformas acontecendo ou a perspectiva pode piorar bastante", diz.

De acordo com Passabom, do Itaú, os prêmios de risco já anotaram redução "significativa" neste ano. Ela, porém, ressalta que notícias positivas podem contrair ainda mais o nível dos prêmios, ao se referir a uma aprovação da **reforma tributária**. "Achamos que seria positiva a aprovação da reforma como está, o que ajudaria a segurar os prêmios em níveis mais baixos.

No entanto, mais à frente, a trajetória da dívida e a sustentabilidade dos gastos devem definir o patamar dos prêmios", enfatiza.

Uma das visões mais benignas para o câmbio é defendida por Teresa Alves, estrategista de moedas emergentes do Goldman Sachs, cuja projeção aponta para o dólar a R\$ 4,40 neste ano. "Mesmo que o BC venha a fazer cortes na Selic, acreditamos que a autoridade monetária será mais cautelosa do que o esperado pelo mercado e, por isso, achamos que o carregamento continuará beneficiando o câmbio", diz.

"Fora que, além da **inflação** continuar caindo, o Brasil tem a maior taxa de juro real entre os emergentes.

Vai ser preciso algum tempo para que isso seja reduzido." Alves aponta que o real ainda está bastante abaixo do seu valor justo, o que indica que há espaço para uma apreciação adicional da moeda brasileira. "É diferente do peso mexicano, cujo "valuation" não oferece muito mais espaço para uma valorização. O real tem espaço para isso. Nossas métricas apontam para um câmbio justo perto de R\$ 4,30; então pode apreciar mais", diz a estrategista.

Ainda que o fluxo comercial seja importante para o câmbio, Alves aponta que é preciso levar em consideração também o fluxo por meio da busca pelos ativos locais.

"Agora que há a perspectiva de corte de juros no Brasil, com os investidores a investir nos títulos brasileiros [antes que as taxas caiam], esse fluxo também beneficia a moeda", diz a estrategista.

"Tesouro Direto quer ter papel de educador"

ISAAC DE OLIVEIRA ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Rogério Ceron, Economista formado pela Unicamp, é auditor fiscal e ocupa o cargo de secretário do Tesouro Nacional desde janeiro deste ano

O Tesouro Nacional quer fortalecer seu papel de indutor da educação financeira das famílias brasileiras. Com uma agenda de lançamentos para o segundo semestre, Rogério Ceron, economista e secretário do órgão, falou ao E-Investidor sobre o compromisso da instituição em conscientizar a população para a importância de poupar, bem como sobre planos de alcançar mais investidores de títulos públicos.

Em agosto, o Tesouro Direto oferecerá um novo produto, um título temático de educação, cujo nome Ceron ainda não revela, mas cujo valor mínimo deve ser o já praticado no programa, de R\$ 30. Assim como o Renda+, de previdência, o produto será focado no longo prazo. O público-alvo, porém, é o infante-juvenil.

"O título educacional vai de 3 a 18 anos, em termos de acumulação, e depois o recebimento em 5 anos", detalha Ceron.

"É uma forma de se preparar para pagar a mensalidade da faculdade ou o custeio do universitário naquele período em que ele não consegue se dedicar totalmente ao trabalho ainda, por conta dos estudos, e o jovem precisa de uma renda complementar." Ele arrisca que o título educacional tem potencial de atrair até um milhão de novos CPFs.

O Tesouro divulgou a criação de novos papéis com objetivos específicos. Quando devem ser lançados?

Devemos lançar em agosto, para comercialização, o título voltado para o ciclo educacional.

Ele reproduz, em alguma medida, a lógica do Renda+: você vai fazendo investimento, vai acumulando durante certo período e depois recebe o mesmo valor fixo durante um outro período.

O título educacional vai de 3 a 18 anos, em termos de acumulação, e depois o recebimento em 5 anos. É uma forma de se preparar para pagar a mensalidade da faculdade ou o custeio do universitário.

O que haverá de novidade?

Gift cards, que você pode dar no aniversário da criança. Simuladores, comparando preços médios de mensalidades de universidades, para as pessoas poderem ter noção do quanto é necessário poupar para suportar um ciclo universitário. Incentivos para que empresas ofereçam esses produtos como benefícios a colaboradores e apoio a Estados e municípios em programas para alunos de baixa renda. O ciclo educacional tem potencial para um milhão de novos cadastros. Pelo menos centenas de milhares, a gente alcança. Já temos nome, mas não posso comentar ainda. O ticket mínimo será de R\$ 30.

Há uma estimativa de emissão com esse novo título?

Não tem uma meta de emissão em si, porque, no fundo, o Tesouro Direto tem um objetivo muito mais de educação financeira das famílias brasileiras. O meu desejo é atrair crianças para o programa, porque isso vai provocar na família a conscientização sobre o papel de poupar para financiar objetivos. Nesse caso, um extremamente nobre, o futuro dos filhos.

E os demais títulos, focados em garantia de crédito para financiamento e aluguel, devem ser lançados quando?

Isso é uma outra vertente para criar funcionalidades, estamos aprimorando para facilitar o acesso a isso, mas depende de um ajuste no sistema, que é feito com o Banco Central (BC). Mas talvez venha no começo do ano que vem.

A poupança ainda é a opção mais popular nos investimentos.

Pretende tornar o Tesouro Direto protagonista?

Não é objetivo concorrer com a poupança, mas torná-lo tão popular quanto. O que queremos é que as famílias tenham à disposição instrumentos que protejam melhor contra o processo inflacionário.

A poupança tem outra característica: facilidades para o curto prazo. Isso envolve comunicação e investimento para tornar o Tesouro mais palatável e mais didático.

O primeiro item que as pessoas buscam é segurança, e o Tesouro Direto é o investimento mais seguro do País.

E o projeto das emissões sustentáveis, qual é a janela de lançamento?

Essas são focadas no exterior para um público de pessoa jurídica.

São grandes fundos de investimento. É de olho no mercado externo mesmo.

Devemos ficar prontos para iniciar a partir de setembro.

A **reforma tributária** afeta títulos do Tesouro?

O impacto da **reforma tributária** é indireto, no sentido de haver uma perspectiva de crescimento econômico.

Com ganhos de produtividade que permitam maior competitividade, conseguiremos mais controle do processo inflacionário. Os investidores não têm com que se preocupar. Pelo contrário, dá mais garantia de uma trajetória sustentável do endividamento público.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Brasil precisa de um Fome Zero 2.0"

Raphael pati*

Entrevista | JOSÉ GRAZIANO | EX-MINISTRO E EX-DIRETOR-GERAL DA FAO

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revelou, na última semana, uma piora dos indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil.

De acordo com o "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI)", 70,3 milhões de pessoas estavam em 2022 em estado de insegurança alimentar moderada e 21,1 milhões de pessoas no país em 2022 em insegurança alimentar grave - caracterizado por estado de fome.

Por meio do levantamento, a FAO detectou que, nos últimos três anos, houve um crescimento de 122 milhões de pessoas a mais que passam fome no mundo, em relação a 2019. Para 2030, estimase que 590 milhões ainda passarão dias inteiros sem comer. No Brasil, mais de um terço da população ainda sofre de insegurança alimentar grave ou moderada, ou seja, pulam ao menos uma das três refeições diárias básicas.

Ao Correio, o ex-ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome do Brasil e ex-diretor-geral da FAO José Graziano destacou os impactos da pandemia de covid-19 na mesa dos brasileiros. Idealizador do "Fome Zero", no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele afirma que o Brasil precisa de um programa "versão 2.0", para retirar, mais uma vez, o país do mapa da fome.

Leia a entrevista a seguir.

Como o senhor avalia os dados sobre o aumento da fome no Brasil e no mundo?

De fato os dados da pesquisa Sofi surpreenderam. A nível mundial, houve uma certa estabilidade nos números, né? Houve um crescimento, em 2020, e, em 2021, com a pandemia, principalmente. E, depois, em 2022, com uma certa retomada das atividades econômicas, que não chegou a reduzir, mas apresentou uma estabilidade da fome no mundo.

Por que houve essa estabilidade?

Não houve redução da fome, em 2022, porque foi um ano muito agitado. Começou com a guerra na Ucrânia

e tem aí a aceleração, nos primeiros meses, dos alimentos e da energia e isso, de alguma maneira, vamos dizer, minou a recuperação econômica que estava em curso.

Então, não foi um ano bom para a economia mundial, porque a fome continuou.

E o cenário no Brasil?

Por aqui, houve uma explosão da fome. Chegamos a 70 milhões, na estimativa da FAO, do número de pessoas passando fome. É um número jamais alcançado. Nós trabalhávamos, no Instituto Fome Zero, com a miséria com o número de 65 milhões, entre as pessoas com insegurança alimentar moderada e grave. Isso, em relação ao começo de 2022, significa que, ao longo do ano passado, entre março e dezembro, houve pelo menos 5 milhões a mais de pessoas.

É um número muito alto de pessoas que passam fome, em miséria absoluta.

Quais as razões práticas para esse movimento repentino?

Ainda estamos procurando entender as razões desse movimento.

Porque foi um ano eleitoral, houve um aumento de gastos públicos, houve um aumento do valor na transferência do Auxílio Brasil. Então, a expectativa era que, pelo menos, não houvesse um aumento da fome no Brasil, em relação ao início de 2022.

Mas não foi isso que os dados da FAO mostraram.

O senhor avalia que a guerra da Ucrânia ainda impacta muito nesse cenário?

Em uma situação de guerra, tudo muda muito rápido. Em uma semana mostra uma tendência de redução, depois tem uma contraofensiva, aumenta, e etc. E existem, de parte a parte, ameaças todos os dias, praticamente.

Tanto Ucrânia quanto a Rússia, afetam o Brasil, não pelo lado da produção agrícola em si, o Brasil não é consumidor significativo de nenhum produto exportado pela Ucrânia. Mas temos a dependência dos fertilizantes.

O Brasil importa fertilizantes da Rússia, da Ucrânia, e de toda essa região. Essa dependência foi prontamente equacionada ainda em 2022, por uma visita da então ministra da agricultura à Rússia, e celebrou alguns acordos de fornecimento.

Aparentemente, o Brasil não tem problemas com ameaças de ficar sem fertilizantes. Resumindo: o impacto, para nós, é sobre os mercados; sobre o dólar; sobre a especulação financeira nos mercados internacionais.

Isso é o que afeta a nossa exportação, basicamente, mais do que os mercados internos.

O senhor avalia que a persistência da fome no Brasil está mais relacionada aos efeitos, ainda, da pandemia, ou à falta de políticas públicas?

Não há dúvida que a pandemia afetou muito. Mas vou lembrar duas coisas. Primeiro, o Brasil já tinha entrado no mapa da fome antes da pandemia. Então, a situação já era grave em 2019, com os dados do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], mostrando que o Brasil tinha retornado ao mapa da fome. A entrada da pandemia piorou muito a situação, que foi agravada pela falta de políticas públicas. O governo anterior não tinha o combate à fome como prioridade. Não era um dos seus temas de preocupação. O governo anterior, primeiro, extinguiu o Bolsa Família e criou o Auxílio Emergencial. Depois, acabou o Auxílio Emergencial no segundo semestre de 2020, para, novamente, criar em 2021, um novo programa chamado Auxílio Brasil. Assim, complicou bastante a eficiência desses programas.

E qual a sua percepção sobre o agro no Brasil, hoje?

O agro deu um salto extraordinário nesses últimos anos. Tivemos um aumento da produção em todos os segmentos, seja na pecuária, seja na produção de grãos.

E não nos resta dúvida dessa performance do lado produtivo extraordinário.

Isso traz uma contribuição muito grande para a alimentação.

Há um barateamento da alimentação ao longo do tempo, comparado a uns 20 anos, os produtos, hoje, apesar de toda a inflação, são relativamente mais baratos do que eram anteriormente.

Mas, então, o que aconteceu para não vermos esse barateamento nas prateleiras?

O que aconteceu foi que o poder aquisitivo não

acompanhou isso. Por quê? Porque os salários não cresceram. Então, nós tivemos, pelo lado da demanda, os salários praticamente congelados.

Os reajustes salariais no período foram, principalmente, a partir de 2015, com o governo de Michel Temer, sistematicamente abaixo da inflação. Houve uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, de modo geral. Isso reduz o poder de compra da população.

Quando você reduz o poder de compra, ou você é assalariado, quando você reduz o seu salário, em termos reais, onde é que você comprime? Você não pode comprimir no aluguel, você não pode comprimir nas despesas gerais de transporte, de luz. De todas essas despesas, a mais provável de você comprimir é na alimentação. Em vez de comer picanha, você passa a comer um bife de contrafilé, ou então de coxão duro. E, depois, passa para carne moída, e depois, você tira isso também. Assim, vão progredir nos ajustes.

E para os mais pobres?

Em uma família pobre, esse ajuste é ainda mais radical. Ela, primeiro, deixa de fazer três refeições ao dia. Isso é muito comum, infelizmente. Então, passa-se a tomar um cafezinho, literalmente, de manhã, e tira o almoço ou a janta e substitui por um caldinho.

Quer dizer, esses ajustes típicos da população de baixa renda vão afetar, primeiro, em uma insegurança alimentar leve. Aí, você tira a qualidade do produto, mas depois você começa a cortar uma das refeições e, finalmente, se torna grave quando se passa pelo menos um dia sem comer. O que surpreende, no caso brasileiro, é o número de pessoas que passaram a não comer nada.

Também há a preocupação com a desnutrição nas crianças. Tivemos um problema grave com a redução da qualidade da merenda escolar. O congelamento dos valores da merenda escolar levou as escolas a ajustarem a merenda desse mesmo jeito. Primeiro, diminuindo a qualidade dos produtos reduzindo frutas, verduras e legumes, que são mais caros, deixando só os produtos básicos, melaços. O impacto para o público infantil é ainda pior, ainda mais porque, quem passa fome com essa idade, carrega uma série de problemas para o resto da vida e isso impacta o desenvolvimento motor, para não falar do intelectual.

Uma criança com fome na escola não aprende.

Como o senhor avalia o trabalho do ministro Wellington Dias à frente da pasta do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome?

Ele tem muita experiência. Era o governador do Piauí quando implantamos o Fome Zero e foi lá naquele estado, em Acauã, em Guaribas, que começamos o programa.

Dias é muito experimentado e é o homem que pode conduzir o Brasil a sair novamente do mapa da fome. Tenho certeza disso.

O Brasil precisa de outro "Fome Zero"?

Acho que o Brasil precisa de um Fome Zero 2.0. Porque hoje nós não temos só o problema dos que não comem. Temos, junto à fome, uma epidemia de obesidade - que resulta do comer mal. Infelizmente, os dados da FAO mostram isso, também. O Brasil é vice-campeão da América do Sul em obesidade.

Só ficamos atrás da Argentina.

Esse problema da obesidade, principalmente da obesidade infantil, é algo que compromete essa geração no futuro.

O senhor tem afirmado que sair do mapa da fome hoje, está mais difícil do que há 20 anos. Por que?

Por conta da pandemia que enfrentamos, ainda, e os seus resquícios.

Outro motivo é que a miséria não é mais aquela miséria rural do início dos anos 2000. A fome, hoje, está nas grandes metrópoles; está em São Paulo; no Rio de Janeiro; em Brasília. Além disso, a miséria nas cidades não é só da fome. É da moradia - veja o número de pessoas na rua -, é da droga, é da violência. É muito mais difícil que um programa de transferência de renda tenha a eficiência que tinha antes. Com o Cartão Fome Zero, que deu origem ao Bolsa Família, fizemos vários estudos e a média de um gasto da família no cartão era de mais de 90% para alimentos.

Todo o dinheiro que você transferia, a mulher, que recebia o dinheiro, ela comprava em alimentos para os filhos da família.

Atualmente, o cartão continua indo pra mulher, mas ela tem que dividir com o aluguel, com o transporte, com material escolar, de modo que eu não sei, não tem um dado atualizado sobre isso, mas eu acho que menos de 50% do valor da transferência de renda vai para comprar alimentos.

Como o senhor avalia o discurso e a atuação do governo Lula contra a fome? Há muitas diferenças em relação ao primeiro mandato?

São muitas diferenças. A primeira grande diferença é que, em 2003, apenas o Lula estava convencido, e alguma assessoria mais próxima dele, entre a qual eu me incluía, que a fome era o nosso grande problema. Muita gente estava pensando em outras coisas.

Agora, o Executivo está em torno dessa questão da fome. É um apoio uníssono de que esse é um problema que nós temos que enfrentar e resolvê-lo o mais rápido possível, porque temos a consciência que, se não resolvermos esse problema, não resolvemos os outros, como o da educação e o da saúde, por exemplo.

O que o senhor destacaria durante a sua gestão na FAO?

Quando eu cheguei na FAO, nos anos 2000, o mundo já produzia um excesso de alimentos. Tinha alimentos sobrando. Não precisava dedicar toda a atenção da FAO à produção agrícola. Tinha que melhorar o consumo e os hábitos do consumidor. A origem da FAO foi a primeira grande mudança que eu tratei de implementar.

A segunda mudança era incluir o tema do clima. Nós já estávamos percebendo que a alimentação sofria muito com o clima, não só pelas secas, principalmente na África, mas também porque o clima afeta a qualidade do produto que você consome. Estávamos começando a consumir produtos de pior qualidade. E uma terceira mudança que eu fiz, foi descentralizar.

A FAO era muito romana, muito centralizada na sua sede, em Roma, Itália. Demos mais autonomia, não só aos países, mas também às oficinas regionais que têm, hoje, uma atuação muito maior do que tinham anteriormente.

*Estagiário sob supervisão de Luana Patriolino

"A miséria não é mais aquela miséria rural do início dos anos 2000. A fome, hoje, está nas grandes metrópoles" José Graziano, ex-diretor-geral da FAO

"O governo anterior não tinha o combate à fome como prioridade.

Não era um dos seus temas de preocupação" José Graziano, ex-diretor-geral da FAO

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/17/all.pdf>

Dólar global vai à mínima desde abril de 2022 com ciclo do Fed no foco

Gabriel Caldeira De São Paulo

O dólar teve uma das semanas de maior depreciação em relação a moedas de outras economias desenvolvidas da história recente, puxado por dados de **inflação** nos Estados Unidos, que mostraram os preços mais próximos da meta de 2% do Federal Reserve (Fed). O índice DXY, que mede a variação do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, começou a semana passada ao redor dos 102 pontos e baixou para a casa dos 99 pontos, menor nível desde abril de 2022.

Principal fator para o desempenho fraco da divisa americana, a redução da **inflação** nos EUA apoiou o argumento de que o Fed poderá encerrar seu ciclo de aperto monetário em breve.

"Os mercados voltaram ao modo de baixa **inflação** e crescimento moderado", disse o chefe de câmbio do banco de investimentos Jefferies, Brad Bechtel ao Valor. Ele se refere ao que é chamado no mercado de cenário "Goldilocks", quando a economia não está tão aquecida nem fraca demais.

O analista, porém, questiona a percepção do mercado. Para Bechtel, a atividade nos EUA ainda está indo bem e o Fed, por ora, não deu sinal de que vai alterar a postura conservadora. Além disso, historicamente o dólar só costuma depreciar quando a economia americana tem desempenho pior que a de outros países desenvolvidos.

"Acho que muito do movimento [de queda do dólar] é temporário e provavelmente está chegando ao fim", diz Bechtel. Para ele, no restante do ano, o DXY vai oscilar entre 100 e 105 pontos, e só tomará uma direção mais firme quando o mercado tiver clareza sobre a evolução da economia dos EUA.

O estrategista Alex Cohen, do Bank of America, também não enxerga fundamentos suficientes para sustentar o dólar mais fraco por muito tempo. "Também estamos pessimistas em relação ao dólar a longo prazo, mas sentimos que o mercado mais uma vez está se precipitando.

Se a economia dos EUA continua tão forte, por que o Fed se apressaria em cortar os juros? Se o mercado de trabalho está tão apertado, como a **inflação** pode

continuar caindo em direção à meta? Se os dados dos EUA estão muito melhores que o resto do mundo, como o dólar pode continuar enfraquecendo?", questiona Cohen.

O estrategista do BofA se diz "particularmente cético" quanto ao recuo do dólar ante o iene. Para ele, qualquer mudança na política do Banco do Japão (BoJ) de controle dos juros deve ter efeito mínimo no câmbio. "Enquanto o BoJ seguir com a política monetária não convencional, é difícil para o iene sustentar alta", diz Cohen, em nota.

Já Bechtel destaca a apreciação do euro e da libra como movimentos que "não fazem sentido".

Segundo ele, no atual cenário, em que a economia americana parece mais forte que as da zona do euro e do Reino Unido, não há justificativa no diferencial de juros ou na perspectiva para a política monetária que explique a força das moedas europeias.

Hoje, o mercado precifica entre duas e três altas adicionais de juros do Banco Central Europeu (BCE), o que deixaria a taxa básica da zona do euro entre 4% e 4,25%, abaixo da taxa terminal de 5,5% esperada para os EUA. Já no Reino Unido, o juro pode terminar o atual ciclo de aperto do Banco da Inglaterra (BoE) acima de 6%, conforme projeções recentes, dada a persistência da **inflação** no país. No entanto, a atratividade da libra está prejudicada desde a crise orçamentária do governo da ex-premiê Liz Truss, em setembro do ano passado, lembra o analista do Jefferies.

Para 2024, o cenário do dólar é ainda mais incerto, uma vez que depende de como a economia dos EUA e a atividade global como um todo vão evoluir. Assim, os estrategistas Alan Ruskin e George Saravelos, do Deutsche Bank, traçam alguns cenários para o dólar e identificam duas situações em que o dólar deve mostrar força contra as principais moedas globais.

Primeiro, há a chance de um "pouso forçado" tanto da economia global quanto dos EUA. Assim, a condição de reserva de segurança beneficiaria o dólar. Outro cenário positivo para a divisa seria o de resiliência tanto da atividade quanto da **inflação** nos EUA, em que o Fed estenderia o aperto monetário, com juros acima de 6%.

"Mercados voltaram ao modo de baixa inflação e moderado crescimento" Brad Bechtel

Juro real menor favorece bolsa no longo prazo

Matheus Prado De São Paulo

Na medida em que profissionais do mercado passam a enxergar um cenário político, fiscal e macroeconômico mais favorável ao Brasil, cresce a expectativa por um patamar de juro real menor e, conseqüentemente, uma maior atratividade para a bolsa, já que a taxa é usada para calibrar projeções de lucratividade das empresas. No longo prazo, normalmente quando o juro real cai as ações tendem a subir.

Isso é o que mostra um exercício de projeções realizado por Carlos Sequeira, chefe da área de análise e pesquisa do BTG Pactual para a América Latina. Mesmo após a rápida recuperação do Ibovespa, dados mostram que existe espaço para que a bolsa continue se valorizando com a queda das taxas.

O executivo nota que existe um debate sobre o atual patamar do juro neutro no Brasil, mas quase 70% dos economistas questionados pelo time macro do BTG disseram que a taxa neutra de longo prazo deve variar entre 4,0% e 5,0% - enquanto o Banco Central alterou sua projeção para 4,5%. No último governo, a média foi de 4,4%, chegando a 3,0% após a aprovação da Reforma da Previdência.

"E, embora não possamos determinar com precisão a taxa neutra, o exercício estima o valor justo do Ibovespa a partir de cenários para juro real, **inflação** e crescimento real do **PIB**. O juro real, medido pela NTN-B 2035, encerrou junho em 5,25%, ante 6,2% em março. Vemos espaço para que as taxas continuem caindo, especialmente se o governo conseguir mostrar formas de ampliar as receitas. Além disso, dados macroeconômicos recentes indicam atividade mais forte do que o esperado e números inflacionários mais positivos", diz.

O prêmio para possuir ações (Lucro/Preço menos o juro real de 10 anos) recuou para 4,6% no fim de junho (contra 5,8% no final de abril), mas permanece um desvio padrão acima da média histórica.

Assim, segundo o levantamento, em um cenário com o juro real a 4,5% (contra os 5,3% atuais), crescimento real do **PIB** de 1,5% e **inflação** de 3,5%, seria possível alcançar um múltiplo Preço/Lucro justo de 11,1 vezes (sem Vale e Petrobras), o que levaria o Ibovespa para

um patamar próximo a 132 mil pontos.

Já em uma conjuntura ainda mais benigna, com taxa real em 4,0%, **PIB** em 1,5% e **inflação** de 3%, o múltiplo P/L justo avançaria para 12,7 vezes (em linha com a média histórica de 12,4 vezes) e o Ibovespa poderia tocar os 151 mil pontos.

Por outro lado, com o juro real a 5%, **PIB** em 1% e **inflação** de 4%, o múltiplo justo cairia para 9,5 vezes e abriria espaço para o índice recuar até os 111 mil pontos.

Sequeira pondera que o forte desempenho entre abril e junho naturalmente impulsionou os "valuations" das ações brasileiras, que agora são negociadas em um patamar próximo de dez vezes o P/L sem Vale e Petrobras, e oito vezes se as exportadoras de commodities forem incluídas. Apesar disso, continuam um desvio padrão abaixo de sua média histórica de 12,4 vezes P/L sem Petro e Vale, e 10,9 vezes contemplando as gigantes da bolsa.

"Vale e Petrobras são ações "pesadas" e dependem das cotações do minério de ferro e do petróleo, o que tira parte da consistência desse tipo de análise. Ademais, como o Ibovespa está muito voltado para a pauta de queda dos juros no momento, estamos focados nisso.

A melhora das expectativas macro pode dar fôlego para setores como varejo, bens de capital e utilities avançarem ainda mais", diz.

Para que a bolsa estenda seus ganhos, no entanto, é preciso que consiga atrair fluxo consistente, algo que ainda é um problema devido ao patamar do juro curto.

O investidor estrangeiro teve em junho seu melhor mês de aportes no segmento secundário (ações listadas) da B3 desde janeiro, com entrada de R\$ 7,8 bilhões. Mas Sequeira enxerga apetite limitado.

"As taxas dos EUA estão altas, com chances ainda baixas de cortes neste ano, e as perspectivas da China decepcionam. Isso pode estar impulsionando a redução do apetite por ações de mercados emergentes em geral, e ações brasileiras em particular. Mas um ambiente político/fiscal estável e mais previsível e taxas de juros menores podem atrair

investidores estrangeiros de volta ao país", opina.

Nota, ainda, que os fundos de ações locais registraram saída líquida em 18 dos últimos 19 meses, com perdas de R\$ 109,2 bilhões, o que impede uma maior entrada de recursos na bolsa. Entre os multimercados, o nível de alocação em renda variável atingiu 9,7% em maio, ainda distante dos 15,6% registrados em junho de 2021, mas ensaiando recuperação após tocar os 9,4% em abril.

"Entre investidores de varejo, o interesse na bolsa aumentou novamente em maio e junho e a participação do grupo no volume de negócios da B3 atingiu 13,8%, após ter recuado a 12,7% no mês anterior.

O número chegou a ser 16,4% em 2022. Dada a probabilidade de cortes na taxa de juros de curto prazo no segundo semestre, esperamos que os investidores de varejo voltem ao mercado de ações."